



Índice

- 01** Organizações divulgam parecer rechaçando proposta do MJ de alterar demarcações de terras
- 02** Assembleias Indígenas: 40 anos depois segue a luta e articulação
- 03** Pastorais Sociais participam do Nordesteão da 5ª SSB
- 04** Amazônia Pública: baixe e ouça aqui os programas de rádio
- 05** Em audiência pública sobre PEC 215, deputados ouvem queixas de índios
- 06** Incra e MPF promovem audiência pública em comunidade quilombola do Alto Sertão Sergipano
- 07** MPF garante indenização por danos morais à comunidade Indígena de Morro dos Cavalos
- 08** Bancada indígena da CNPI denuncia que governo tenta impor mudança na demarcação de terras
- 09** Encontro de Povos Tradicionais da Região Norte abre inscrições
- 10** Governo orienta municípios para implantação do Programa 'Água para Todos'
- 11** Jornalista é condenado por postagens racistas na internet
- 12** Denúncias das Comunidades apresentadas e aprovadas no II Congresso de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais



- 13** MPF/MA propõe ação civil pública para coibir prática de mineração em área quilombola
- 14** Justiça condena Dnit e Fatma a pagamento de indenização a indígenas do Morro dos Cavalos-SC
- 15** Centro de Trabalho Indigenista divulga relatório sobre violências contra os índios Guarani do oeste do Paraná
- 16** Força Nacional vai permanecer no Maranhão até o dia 30 de abril
- 17** Exposição – Indígenas em Santa Catarina: Educação e Cidadania
- 18** Livro sobre adolescente indígena é retirado de escolas nos EUA
- 19** Hugo Di Domenico (1914-2014) - O médico que falava tupi-guarani
- 20** PEC 215 será debatida em Passo Fundo
- 21** Empreendimento milionário destruirá escola indígena e posto de saúde
- 22** Supremo entende que acusado de explorar madeira em terra indígena pode responder em liberdade
- 23** Desapropriação para reservas indígenas no RS será debatida na sexta
- 24** Eventos marcam o Dia do Índio em Dourados
- 25** Sespa confirma segundo caso de H1N1 em tribo
- 26** Movimento indígena pede mudanças na SEI
- 27** Itaporã presta apoio à aldeia indígena de Dourados
- 28** 3ª Semana dos povos indígenas será aberta na segunda em Cáceres



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

-
- 29** [Unigran Capital faz mostra em homenagem aos povos indígenas](#)
 - 30** [Justiça prorroga ações da Força Nacional em terra indígena no Maranhão](#)



Organizações divulgam parecer rechaçando proposta do MJ de alterar demarcações de terras

SÍTIO CIMI, 09.04.2014

As principais organizações indígenas e indigenistas do país tornaram público nesta terça-feira, 08, durante sessão da 9ª reunião extraordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em Brasília (DF), um parecer jurídico a respeito de Minuta de Portaria para a "regulamentação" do Decreto nº1775/96, apresentada pelo Ministério da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Leia na íntegra o parecer aqui

(<http://mobilizacao nacionalindigena.wordpress.com/2014/04/08/organizacoes-divulgam- parecer-rechacando-proposta-do-mj-de-alterar-demarcacoes-de-terras/>).

No final de novembro do ano passado, a minuta com as intenções do governo para o futuro do procedimento demarcatório foi encaminhado a Bancada Indígena da CNPI e revoltou as organizações e povos indígenas. "Contrariamente às alegações do governo, a dita portaria eterniza a não demarcação de terras indígenas, fragiliza a Funai, e desenha um quadro assustador de acirramento de conflitos", disse em nota a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) à época.

Diante da minuta, 1.700 indígenas realizaram uma manifestação, no dia 4 de dezembro, que culminou com a ocupação da parte externa do Palácio do Planalto. No conflito com seguranças, quatro indígenas acabaram feridos. Com a pressão, o ministro da Justiça recuou e sinalizou o engavetamento da minuta. Na manhã desta terça, porém, durante a abertura da reunião da CNPI, Cardozo a impôs à pauta sem encaminhar nada quanto às decisões do último encontro do plenário da comissão.

Além de divulgar uma carta (leia aqui) rechaçando a postura de Cardozo de transformar a pauta da CNPI em cabide de discussões de interesse exclusivo do governo, as organizações indígenas e indigenistas apresentaram, ainda na manhã desta terça, o parecer jurídico sobre a minuta do ministro da Justiça.

O parecer

O documento, com 16 páginas, tem início com a contextualização histórica da consolidação da legislação indigenista seguindo até a principal jurisprudência a respeito dos procedimentos de demarcação de terras indígenas. Traz à tona a como a proposta do Ministério da Justiça contraria decisões recentes, inclusive tomadas pela Corte Suprema do país, o STF, caso do julgamento da Petição 3388 sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, entre outros.

Em seguida, são comentados, à luz da legislação e da jurisprudência, os equívocos dos principais artigos apresentados na minuta, que passaria a permitir a interferência de grupos

CONT.



contrários à demarcação desde os primeiros momentos do procedimento de identificação e delimitação das terras indígenas, inviabilizando até mesmo o trabalho de campo dos profissionais e estudiosos.

Ao final do documento, as organizações indígenas e indigenistas que subscrevem o parecer sintetizam nove principais conclusões, sendo a última delas um recado claro para o governo federal:

“9. Uma eventual publicação da Portaria em questão reforçará compreensão, por parte dos povos indígenas, organizações de apoio aos povos e da sociedade em geral de que o Governo Dilma é claramente anti-indígena, aliado de primeira hora dos ruralistas, alinhado aos interesses do poder econômico nacional e transnacional, notoriamente do agronegócio, e obstinado por um modelo de desenvolvimento neocolonizador, usurpador de territórios, etnocida e ecocida.”

Ministro reage a parecer

As lideranças da bancada da CNPI entregaram o documento diretamente ao ministro da Justiça, juntamente com uma carta manifesto. Cardozo e seus assessores ficaram desconcertados e tentaram se justificar a todo custo. O ministro, porém, foi ao ataque e acusou os indígenas de se negarem ouvi-lo sobre a minuta. “Não podemos nunca nos furtar ao diálogo”, defendeu.

Sem ter lido o parecer, Cardozo pinçou de improviso alguns pontos isolados do documento e sustentou que já conseguia ver que os pontos de crítica não teriam procedência. Desconsiderou que o parecer foi elaborado de forma minuciosa pelas organizações indígenas e indigenistas, depois de mais de quatro meses da divulgação da minuta.

“Por exemplo, no comentário ao Artigo 18, vocês estão criticando algo que já é prática da Funai. A presidente da Funai hoje já tem o poder de devolver os relatórios e prescrever diligências”. O que o ministro não diz, entretanto, é que se aprovada a minuta, o procedimento de demarcação de terras passaria a conter não apenas uma possibilidade de pedido reavaliação das conclusões do Grupo Técnico, de poder da Presidência da Funai, mas abre a possibilidade de que o processo volte a estaca zero três vezes: duas delas a critério da Funai e outra a critério do próprio Ministério da Justiça.

Sobre a crítica a respeito da abertura dos trabalhos de identificação de terras a diversos órgãos vinculados aos setores tradicionalmente anti-indígenas, ele tirou da manga de seu paletó uma resposta pronta: “A Lei de Acesso à Informação já garante que todos interessados possam participar do processo”. Entretanto, de acordo com a minuta do governo, não apenas esses setores não indígenas poderiam ter acesso aos processos, como poderiam indicar membros para o trabalho de campo, e, pior ainda, tais membros poderiam apresentar relatórios em separado, contrariando as conclusões do próprio coordenador do Grupo Técnico.

O desconforto do ministro Cardozo com a resposta das lideranças, porém, deve-se ao fato de que a posição do Ministério da Justiça a respeito das intenções da minuta não se sustenta

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

diante da mínima análise jurídica, como demonstra claramente o parecer. Alegando construir um mecanismo que permitiria afastar a judicialização dos processos de demarcação de terras, o Ministério da Justiça, na verdade, propõe uma Portaria que dá instrumentos necessários para que os setores contrários às demarcações derrubem na Justiça as conclusões dos grupos técnicos, ao fomentar o dissenso no seio desses grupos.



Assembleias Indígenas: 40 anos depois segue a luta e articulação

SÍTIO CIMI, 09.04.2014

Egon Heck
Cimi - Secretariado

Em abril de 1974, em pleno "milagre brasileiro", anos de chumbo da ditadura militar, duas dezenas de indígenas se reuniram embaixo de algumas mangueiras, em Diamantino (MT).

Era abril. Uma comemoração diferente. Fato que viria marcar profundamente a luta dos povos indígenas no Brasil. Se lançavam as sementes de um novo movimento indígena no país. Nos dez anos seguintes, foram mais 50 Assembleias Indígenas em todo o país. A segunda foi em Cururu, território Munduruku, e a terceira se realizou em Meruri, território Bororo. Foi no bojo desses momentos de encontros regionais e nacionais que em 1980 surge a União das Nações Indígenas (UNI). Apesar das dificuldades e fragilidade de uma organização indígena de abrangência nacional, foi um passo importante na consolidação das lutas dos povos indígenas por seus direitos.

Há 40 anos se dava um passo decisivo para conquistas fundamentais, particularmente na questão da posse dos territórios tradicionais, na perspectiva da autonomia, como consta do registro do encontro: "Os índios redescobriram que eles devem ser os sujeitos de seus destinos, não é a Funai e nem as missões os que resolverão os problemas deles, mas nós mesmos", como afirmaram insistentemente. Apesar do apoio inicial do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em muitos momentos eles ficaram sem a presença de brancos, para traçar suas estratégias de luta. Essa primeira Assembleia Indígena teve o registro silencioso do padre Iasi, conforme consta no Boletim do Cimi nº10, de maio de 1974. Iasi se encontra em Belo Horizonte, tendo completado 95 anos no último dia 5 deste mês de abril.

"Quarenta anos depois, uma delegação dos povos indígenas do Mato Grosso está em Brasília para dizer: "Nós existimos!". Apesar do genocídio continuar, também se fortalece nossa luta, principalmente pelo reconhecimento e garantia de nossos territórios", afirma Faustinho Tucumã Kayabi.

Lembram que nessas quatro décadas muita luta aconteceu, muitos morreram lutando pelos direitos, mas mais guerreiros nasceram, povos se ergueram e línguas se reconheceram. "Estamos sofrendo com a expansão do agronegócio, com a construção de hidrelétricas e hidrovias. Muitas das nossas terras estão invadidas e outras não demarcadas, como a dos Chiquitanos", declara Faustino.

Terão uma semana de encontros em diversos ministérios, na Câmara e Senado, além de órgãos ligados a questão indígena. A comitiva irá entregar documentos exigindo a demarcação das terras, o direito dos povos isolados. Também manifestaram preocupação com o sofrimento e agressões de diversos povos indígenas em todo o Brasil, especialmente os Guarani Kaiowá no

CONT.



Mato Grosso do Sul, os Tupinambá do sul da Bahia, os Kaingang no Rio Grande do Sul, dentre outros.

Para o Cimi, tais lutas têm um significado todo especial, pois na região destes povos do Mato Grosso que se concretizaram atitudes corajosas de ruptura, como no caso dos jesuítas em Utiariti e os salesianos em seu compromisso de vida com os Bororo e Xavante. Foi em consequência dessa nova e radical atitude de defesa da vida e cultura desses povos que foram assassinados Simão Bororo e padre Rodolfo, em meados de 1976, e o padre João Bosco, no mesmo ano. Dez anos depois era assassinado Irmão Vicente Cañas, que trabalhava com os Enawenê-Nawê. Sementes de sonhos e de martírio, acreditando que um mundo novo será possível.

Os direitos ameaçados

Em contato com os diversos espaços de poder, os indígenas pretendem dar visibilidade na demonstração de preocupações com relação à paralisação da demarcação dos territórios tradicionais. Também vão dizer não à intenção do Ministro da Justiça em mudar, a toque de caixa, a dinâmica do procedimento demarcatório das terras indígenas, a imposição do decreto de morte, a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU), além de várias portarias, como as 215 e 227, que pretendem suprimir direitos constitucionais.

A delegação de indígenas do Mato Grosso vem dar continuidade às lutas históricas destes povos para ampliar e consolidar alianças, exigindo seus direitos e denunciando todas as formas de violações. "No Mato Grosso, o agronegócio se impõe sem nos respeitar. Onde tem cerrado querem soja. Onde tem mata querem tirar madeira, onde tem rio querem fazer usina e nosso ar e água estão sendo envenenados por agrotóxicos", afirmam os representantes Kayabi, Xavante, Bororo, Myky, Chiquitanos, Munduruku e Manoki.



Pastorais Sociais participam do Nordeste da 5ª SSB

SÍTIO CNBB, 09.04.2014

As Pastorais Sociais dos cinco regionais do nordeste realizaram, entre os dias 4 e 6 de abril, em Lagoa Seca (PB), o Nordeste da 5ª Semana Social Brasileira (SSB). Representações de quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos, camponeses, catadores de materiais recicláveis, juventudes, movimento negro, movimento de mulheres, atingidos por grandes empreendimentos, sem-terra, sem-teto, população de rua, igrejas cristãs e de religiões de matriz africana compartilharam os desdobramentos da 5ª SSB e publicaram uma carta com as conclusões do encontro, que teve o tema "O Nordeste que temos. E o Nordeste que queremos".

Após resgate histórico, os participantes fizeram uma análise de conjuntura, em especial do nordeste. Com a metodologia de mini plenárias, compartilharam experiências da busca pela construção de uma região em que o Estado esteja a serviço de todos.

Na carta final do encontro, são apresentadas duas listas. Uma de repúdio às estruturas que, segundo as Pastorais Sociais, impedem um Estado plenamente a serviço de todos. "[Repudiamos] a destituição dos direitos sociais garantidos e a privatização dos serviços públicos, como saúde e educação, cuja a garantia é dever do Estado", afirma um trecho do texto.

A outra lista traz a exigência da efetivação e ampliação dos direitos, com o comprometimento no controle social das políticas públicas e afirmações de alternativas mais justas para a construção do Estado que desejam. "Afirmamos o nosso compromisso com a radicalização da democracia e a importância das mobilizações populares como forma de expressar a indignação diante do modelo de desenvolvimento, de participação efetiva nos rumos do país", escreve outro trecho.

Confira na íntegra a carta do Nordeste da 5ª Semana Social Brasileira:

CARTA DO NORDESTÃO DA 5ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA

Convento Ipuarana, Lagoa Seca – PB

04 a 06 de abril de 2014

Somos povos que insistem no direito de viver! Não somos um povo único. Somos diversos: quilombolas, indígenas, pescadores e pescadoras artesanais, ribeirinhos e ribeirinhas, camponeses e camponesas, catadores e catadoras de materiais recicláveis, juventudes, movimento negro, movimento de mulheres, atingidos pelos grandes projetos, sem-terra, sem-teto, população de rua, igrejas cristãs com suas pastorais sociais e organismos e religião de matriz africana. Vindos dos nove estados da região, movidos e movidas pela esperança da construção do Nordeste que queremos, nos reunimos entre os dias 04 e 06 de abril, em Lagoa Seca/PB, no momento Nordeste da 5ª Semana Social Brasileira.

CONT.



Puxando o fio da história, tecemos juntos e juntas a conjuntura política, econômica, social brasileira, especificamente do Nordeste. Partilhamos, em nossas miniplenárias, as experiências de resistência rumo ao Nordeste que queremos. Buscamos, a exemplo daqueles e daquelas que nos antecederam na luta, fortalecer a articulação das forças vivas comprometidas no processo de construção de um Estado a serviço de todos e de todas. Neste sentido, repudiamos:

o modelo de desenvolvimento neoliberal e neodesenvolvimentista imposto pelo Estado, que tem impactado negativamente os povos, comunidades e populações empobrecidas do Nordeste;

a criminalização das manifestações populares e movimentos sociais, bem como todas as formas de legalização e regulação da repressão, classificando-as como atos terroristas;

a destituição dos direitos sociais garantidos e a privatização dos serviços públicos, como saúde e educação, cuja a garantia é dever do Estado, sendo entregues a grupos declaradamente a serviço da lógica mercantilista da vida.

Repudiamos a expulsão de povos e comunidades tradicionais e camponeses de seus territórios, sendo o Estado o promotor da expropriação e violência, aliado aos interesses do capital;

a falta de uma efetiva Reforma Agrária e a implementação de um modelo agrícola baseado no agronegócio, com o uso indiscriminado de agrotóxicos e a dependência de sementes geneticamente modificadas, gerando um contexto de violência extrema no campo, gerando negação e ameaça à soberania e segurança alimentar e nutricional;

a privatização e mercantilização dos bens comuns, como água, biodiversidade;

a negação do direito humano à cidade e a crescente repressão policial, criminalização dos empobrecidos e expulsão de seus espaços de moradia e trabalho;

Repudiamos o extermínio das juventudes, em especial negra e empobrecida, promovido por uma violência institucionalizada, constituída pela negação dos direitos fundamentais e repressão policial;

a violação dos direitos das mulheres, especialmente o direito a uma vida sem violências;

a omissão do Estado frente à realidade do tráfico de pessoas, especialmente mulheres, crianças e homossexuais;

a falta de transparência dos atos do judiciário, o comprometimento dessa instância com os interesses das elites brasileiras e a total ausência de mecanismos de controle social, tendo impacto extremamente negativo sobre as lutas populares e suas justas reivindicações;

Por outro lado, afirmamos ser o Nordeste um território fecundo de lutas e resistências históricas, traduzidas em múltiplas e diversas experiências de alternativas de produção, de propostas de políticas públicas, de articulação e organização popular, de autonomia, de

CONT.



afirmação das identidades e da diversidade cultural dos vários povos e comunidades, cotidianamente ameaçados pelo avanço do grande capital. Por isso,

Exigimos a efetivação e ampliação dos direitos, ao mesmo tempo em que nos comprometemos com o controle social das políticas públicas, que deve ser plenamente exercido pela sociedade;

Afirmamos a necessidade de Reforma Agrária Popular, do reconhecimento e regularização dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, que garanta a plena autonomia de organização e as condições necessárias para quem vive da terra e das águas;

Afirmamos a agricultura familiar e camponesa, as experiências de produção de base agroecológicas, as formas sustentáveis de produção e utilização dos bens naturais pelos nossos povos como caminho válido e necessário para a soberania e segurança alimentar e nutricional;

Afirmamos o nosso compromisso com a radicalização da democracia e a importância das mobilizações populares como forma de expressar a indignação diante do modelo de desenvolvimento, de participação efetiva nos rumos do país, reconhecendo que, historicamente, os direitos garantidos que temos, só foram possíveis pela organização e mobilização da sociedade civil;

Afirmamos a necessidade da garantia do direito humano à cidade e de que suas estruturas sejam colocadas a serviço de todos e todas. Que sejam garantidas as condições de mobilidade, moradia, saúde, acessibilidade, trabalho. Sem que sejamos ameaçados e ameaçadas pelas violências física, psicológica, institucional e simbólica.

Afirmamos a necessidade de construir um controle popular do sistema de justiça, dentro de um processo que visa repensar o Estado, superar a parcialidade do poder judiciário, de maneira a garantir a celeridade e justiça necessárias nos casos que envolvem as lutas dos nossos povos e suas reivindicações;

Afirmamos a importância das mais diversas experiências locais adequadas ao modo de vida dos nossos povos, de produção, dos ecossistemas e biomas, a partir da perspectiva de convivência e sustentabilidade, em vista da vida com dignidade das atuais e futuras gerações;

Afirmamos a urgência de garantias para que as juventudes tenham as condições necessárias para desenvolverem suas potencialidades; reconhecemos a importância do protagonismo das juventudes na construção de uma sociedade justa e a necessidade de políticas públicas que reconheçam suas especificidades no campo e na cidade, de gênero, de etnias, de orientação sexual;

Afirmamos a necessidade de mecanismos que garantam a efetiva participação das mulheres nos espaços de decisão política, a garantia do direito a uma vida sem violência, a implementação efetiva da Lei Maria da Penha e a formação numa perspectiva de igualdade de gênero, com reconhecimento pleno das diferenças, para a realização das mulheres e homens;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

Nesta perspectiva, estamos empenhados e empenhadas na desconstrução do colonialismo imposto sobre nós há cinco séculos e rompemos com a presente colonialidade, atualizada em estruturas políticas, sociais, econômicas que se colocam de forma subserviente aos interesses das oligarquias aliadas ao grande capital.

E partindo do processo de afirmação dos nossos valores de raiz, reafirmamos a rica tradição cultural do Bem Viver dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, ribeirinhos e ribeirinhas, pescadores e pescadoras. Marchamos rumo à construção dessa sociedade do Bem Viver no Nordeste Brasileiro, através da memória das experiências de nossos ancestrais, de lutas concretas cotidianas, comunitárias, solidárias de partilha e de comunhão de todos os seres humanos entre si e com a natureza.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

Amazônia Pública: baixe e ouça aqui os programas de rádio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.04.2014

Agora toda a série de reportagens do projeto Amazônia Pública está disponível, também, no formato de programas de rádio.

Por Agência Pública

O projeto Amazônia Pública procura mostrar o impacto de algumas das iniciativas em curso na região da floresta. Entre julho e novembro de 2012, três equipes de reportagem retrataram os diferentes ângulos desses acontecimentos em regiões-chave da Amazônia: o rio Tapajós, ameaçado por uma série de hidrelétricas e projetos de mineração; o rio Madeira, transformado por duas grandes usinas hidrelétricas que começaram a operar; e o polo exportador de minério de ferro de Carajás, prestes a explorar uma nova mina dentro de uma reserva.

Agora, toda a série de reportagens está disponível, também, em programas de rádio.

Ouçe e baixe os programas, aqui (<http://www.apublica.org/2014/04/amazonia-publica-radio/>)



Em audiência pública sobre PEC 215, deputados ouvem queixas de índios
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.04.2014

Marcelo Brandão – Repórter da Agência Brasil

Parlamentares da comissão especial da Câmara criada para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 estiveram ontem (7) em Marabá (PA). Eles participaram de uma audiência pública sobre a PEC, que transfere ao Parlamento a prerrogativa de homologação de terras indígenas. Os deputados ouviram reclamações de índios sobre o acesso à saúde e educação públicos. A queixa deve ser usada como um dos argumentos de que o atual modelo de gestão das questões indígenas é ineficiente.

“Apesar de mostrarem uma insegurança muito grande quanto à mudança na forma de demarcação de suas terras, os índios também se queixaram de dificuldades no acesso à saúde e educação”, explicou a assessoria do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), membro da comissão. Deputados, prefeitos, representantes da sociedade e lideranças indígenas participaram da audiência pública marcada pelo “respeito mútuo”, disse a assessoria do deputado.

Após o debate, Queiroz foi convidado para visitar algumas aldeias e explicar as propostas de mudanças na forma de demarcação de terras. As datas para esse encontro ainda serão marcadas. “É importante ouvir os índios. É um debate para esclarecer o teor da PEC, você tem que democratizar o debate, para fazê-lo melhor”, disse o deputado. Antes de apresentar o texto à Câmara, a comissão especial vai fazer mais seis audiências públicas até chegar à redação final. O último debate será dia 6 de junho em São Paulo.

No ano passado, a PEC 215 provocou revolta de índios, que chegaram a invadir o plenário, em abril, para impedir a criação da comissão especial, que acabou sendo formada em dezembro. Durante os debates sobre a formação da comissão, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, se posicionou contra a PEC, a qual julgou inconstitucional.

“Expressamos, em nome do governo, a posição contrária à aprovação da PEC 215, por entender que ela é inconstitucional. Ela fere cláusulas pétreas da Constituição. Não resolve o problema [das demarcações] e gera situações de conflitos que precisam ser resolvidas. Demonstramos que, se o Congresso aprovar a PEC, ela não sobreviverá no Supremo Tribunal Federal. Será buscar uma solução que, na verdade, é a criação de mais um problema”, disse Cardozo.

Para o ministro, a melhor forma de resolver o impasse em torno da demarcação de terras indígenas passa pelo debate entre as diferentes partes. “Eventuais mudanças legislativas têm que ser pactuadas entre representantes indígenas, parlamentares e governo, porque nada se resolve na questão indígena sem pacto”.

Edição: Fábio Massalli



Incra e MPF promovem audiência pública em comunidade quilombola do Alto Sertão Sergipano

SÍTIO INCRA, 08.04.2014

Centenas de famílias quilombolas e representantes de diversas instituições públicas municipais, estaduais e federais estiveram reunidos na última sexta-feira (4), em Porto da Folha, no Alto Sertão Sergipano, para participar de uma audiência pública.

Realizado em uma escola inserida no próprio território quilombola de Mocambo, o evento, organizado pelo Incra com o apoio do Ministério Público Federal (MPF), debateu alternativas para a promoção do desenvolvimento da comunidade. "Encontros como este são sempre fundamentais porque nos permitem ouvir e entender os anseios da comunidade, apresentar um conjunto de políticas públicas às famílias e discutir caminhos para estimular o desenvolvimento do território", afirma Wesley Menezes, superintendente regional substituto do Incra/SE.

Com espaço para a exposição dos principais problemas vivenciados em Mocambo, a audiência pública tratou de temas como regularização fundiária, meio ambiente, Saúde, Educação, segurança e saneamento básico. Todas instituições convidadas participaram dos debates e apresentaram encaminhamentos para solucionar as questões. "Um espaço como esse permite não apenas que os problemas sejam apresentados, mas, também, que se possa, a partir do diálogo com as instituições, elaborar e definir respostas e soluções com maior agilidade", afirmou Menezes.

Mocambo

Composta por 114 famílias, Mocambo foi a primeira comunidade quilombola de Sergipe reconhecida oficialmente pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Em novembro de 2009, a área onde vive a comunidade, às margens do Rio São Francisco, foi decretada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, como de interesse público para a consolidação de um território quilombola.

A partir do decreto, foi iniciado pelo Incra/SE um processo inédito no País, com a obtenção de áreas particulares para a criação do futuro território.

Ao final de 2013, a autarquia federal concluiu a obtenção dos últimos imóveis particulares inseridos na área delimitada para a criação do território de Mocambo.



MPF garante indenização por danos morais à comunidade Indígena de Morro dos Cavalos

SÍTIO PR/SC, 08.04.2014

Acordo já havia estabelecido a recuperação ambiental da área

Em ação da Procuradoria da República em Santa Catarina, a Justiça Federal condenou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) ao pagamento de indenização de R\$100 mil por danos morais à comunidade da Terra Indígena Morro dos Cavalos, localizada no município de Palhoça. A ação foi motivada por ingresso desautorizado, desmatamento e retirada de material mineral de área que compõe a Terra Indígena, causando danos ambientais e morais aos indígenas, os quais tiveram seus direitos violados, sendo submetidos à humilhação e insegurança decorrentes das atividades exercidas em seu território sem seu conhecimento e sem observar a legislação.

A ação, movida contra o Consórcio IECSA, que trabalha na duplicação da BR-101, Fatma e DNIT, já havia garantido a recuperação ambiental do local através de acordo firmado em audiência de conciliação. No acordo, a empresa Sul Catarinense, integrante do consórcio (IECSA), comprovou estar recuperando a área e assumiu a obrigação de erradicar as espécies exóticas invasoras lá existentes. A Fatma deverá realizar vistoria e analisar os relatórios semestrais de acompanhamento de recuperação.

O desmatamento foi realizado para minerar uma jazida de saibro no Km 233 da BR-101, município de Palhoça. A empresa apresentou Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e obteve a autorização da FATMA, sem que a Fundação fizesse menção à existência da Terra Indígena Morro dos Cavalos.

A Fatma foi responsabilizada porque ter expedido a licença, assim permitindo a intervenção ilegal. Já o DNIT foi condenado por permitir que a empresa retirasse minério da área sabidamente de usufruto exclusivo dos indígenas.

Sobre a comunidade indígena - A Terra Indígena Morro dos Cavalos é reconhecida legalmente como bem da União de posse e usufruto exclusivos e permanentes da comunidade Indígena Guarani. Em 2002 foi assinado um Convênio entre a FUNAI e o DNIT, com a finalidade de implementar o programa de apoio às comunidades indígenas Guarani residentes na área de influência da BR-101, como forma de mitigação e compensação pelos impactos sócio-ambientais decorrentes das obras de duplicação da rodovia. As comunidades citadas no respectivo convênio eram a Cambirela, Praia de Fora, Morro dos Cavalos, Massiambu, Cachoeira dos Inácios, Campo Bonito, Barra do Ouro, Varzinha e Riozinho. Entre as cláusulas, consta a obrigatoriedade do respeito aos limites e ao entorno das terras e áreas de ocupação indígena, no que se refere ao trânsito, estacionamento de máquinas e veículos, bem como a instalação de canteiros de obras e outros equipamentos de apoio às obras.



Bancada indígena da CNPI denuncia que governo tenta impor mudança na demarcação de terras

SÍTIO CIMI, 09.04.2014

Brasília, 08 de abril - No final da manhã desta terça, a Bancada Indígena da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e integrantes da Mesa de Diálogo, criada no ano passado, divulgaram carta ao plenário da comissão, durante a abertura da 22ª reunião ordinária, manifestando "frustração" diante da pauta apresentada pelo governo.

Conforme as lideranças indígenas, os governistas não cumpriram as decisões tomadas pelo coletivo na 21ª reunião e trouxeram pautas de interesse antagônico ao dos povos indígenas, caso da minuta que pretende alterar o procedimento de demarcação de terras indígenas.

"Ficou agendada para o mês de janeiro uma reunião preparatória do grupo responsável por elaborar uma proposta metodológica para Conferência Nacional de Política Indigenista, a qual deveria ser submetida à plenária na próxima reunião ordinária, que deveria ter ocorrido no mês de março de 2014. Nenhuma das duas ocorreu", afirmam as lideranças na carta.

Mais uma reunião ordinária da CNPI teve início com o governo federal desconstruindo e não cumprindo deliberações tomadas nos encontros anteriores. Uma delas diz respeito ao objetivo da criação da Mesa de Diálogo, uma vez que ela deveria fazer avançar a demarcação de terras indígenas e nada avançou.

"O governo desrespeita as decisões tomadas coletivamente em plenária, e propõe uma pauta para esta reunião focada apenas nos seus interesses políticos, impondo de forma autoritária, a apreciação da Minuta de Portaria, substituindo o processo de discussão com as bases por um único Seminário Nacional", diz trecho na carta que pode ser lida na íntegra abaixo.

Carta Aberta das lideranças Bancada Indígena da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e da Mesa de Diálogo

Prezado Sr. Ministro da Justiça – José Eduardo Cardozo;

Prezados Srs e Sras. Membros da Bancada Governamental da CNPI;

Por meio desta carta pública, viemos manifestar nosso sentimento de frustração e indignação a respeito da proposta de pauta apresentada pelo governo para a 9ª Reunião Extraordinária da CNPI.

Desrespeitando todas as deliberações acordadas em plenária durante a 22ª Reunião Ordinária, realizada entre os dias 10 a 12 de dezembro de 2013, quando se decidiu pelo processo de construção coletiva de uma Conferência Nacional de Política Indigenista, a convocatória desta reunião inverte completamente a lógica construída na reunião de dezembro. Na ocasião, ficou agendada para o mês de janeiro uma reunião preparatória do grupo responsável por elaborar

CONT.



uma proposta metodológica para Conferência Nacional, a qual deveria ser submetida à plenária na próxima reunião ordinária, que deveria ter ocorrido no mês de março de 2014. Nenhuma das duas ocorreu.

Havia sido acordado também em plenária que a discussão da mudança no processo de demarcação de terras indígenas, na qual se insere a proposta de Minuta de Portaria elaborada pelo Ministério da Justiça, deveria ser realizada dentro dos seminários regionais que culminariam na Conferência Nacional de Política Indigenista.

Mais uma vez, porém, o governo desrespeita as decisões tomadas coletivamente em plenária, e propõe uma pauta para esta reunião focada apenas nos seus interesses políticos, impondo de forma autoritária, a apreciação da Minuta de Portaria, substituindo o processo de discussão com as bases por um único Seminário Nacional. Trata-se de uma demonstração clara que concebe a CNPI como um mero espaço para referendar as posições e interesses do governo.

Diante desta postura intransigente, a bancada indígena e as organizações indígenas que compõem a mesa de diálogo decidiram conjuntamente com organizações indigenistas, realizar uma análise própria da referida Minuta de Portaria. De acordo com a fundamentação expressa no parecer, que acompanha essa manifestação, concluímos que a Minuta de Portaria representa mais uma tentativa de ataque aos direitos indígenas, contrariando a legislação vigente, e cedendo aos interesses do agronegócio, e da base aliada do Governo.

Por essa razão, não vemos nenhum sentido em realizar o Seminário Nacional proposto, e apelamos para o bom senso, reivindicando que o Governo desista definitivamente desta medida desnecessária e descabida, e concentre seus esforços na retomada da demarcação das terras tradicionais, conforme prescreve a Carta Magna brasileira.

A instauração da Mesa de Diálogo com o movimento indígena no âmbito da CNPI, que sucedeu às manifestações de junho de 2013, tinha como objetivo avançar nas demarcações de terra, que já estavam paralisadas. Em um curto espaço de tempo, o Governo abandonou completamente a pauta, desconsiderando todas as reivindicações apresentadas, e tenta agora converter este espaço num conselho de sentença contra os povos indígenas, enterrando qualquer possibilidade de demarcação de seus territórios tradicionais.

Nós, lideranças indígenas, povos e organizações reiteramos a disposição de lutar contra este tipo de manobra que tenta nos usar para fins políticos, em detrimento dos nossos direitos fundamentais e coletivos.

Bancada Indígena da CNPI e representantes da Mesa de Diálogo



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

Encontro de Povos Tradicionais da Região Norte abre inscrições

SÍTIO PORTAL BRASIL, 09.04.2014

Selecionados terão transporte, hospedagem e alimentação custeados pela organização do evento. Inscrições por e-mail até 5/5

Estão abertas as inscrições para as vagas reservadas à chamada pública para os Encontros de Povos e Comunidades Tradicionais da Região Norte, em Manaus (19 a 22 de maio) e Belém (2 a 5 de junho). Os eventos têm o objetivo de avaliar e aprimorar a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), criada pelo Decreto 6.040/2007. Acesso aos territórios e regularização fundiária são temas prioritários.

As entidades selecionadas terão os custos de transporte, hospedagem e alimentação dos seus representantes custeados pela organização do evento. Não serão aceitas, nesta chamada pública, entidades, instituições ou comunidades que façam parte da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e/ou de Comissões ou Conselhos Estaduais ou Municipais de Povos e Comunidades Tradicionais. Confira neste link os critérios de seleção.

Como proceder

A inscrição deve ser feita em nome da entidade, instituição ou comunidade com o preenchimento dos dados pessoais do representante indicado para participar do encontro. Para realizar a inscrição, é necessário o preenchimento da ficha de pré-inscrição.

Para inscrições enviadas por e-mail, o prazo vai até 5 de maio, pelo endereço encontropct@mds.gov.br. Por via postal, até 17 de abril, para o endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco C, sala 604 – CEP: 70.046-900. Brasília (DF). Serão consideradas as inscrições postadas até esta data. A divulgação dos resultados será em 8 de maio.

Para mais informações ou dúvidas, podem ser utilizados os telefones: (61) 2028-1527 ou 2030-1133.

Fonte:
Ministério do Meio Ambiente



Governo orienta municípios para implantação do Programa 'Água para Todos'
SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 09.04.2014

No total, serão investidos cerca de R\$ 16 milhões na construção dos sistemas coletivos que atenderão famílias das comunidades tradicionais quilombolas de Costa Marques e São Francisco.

Os procedimentos a serem seguidos pelos municípios contemplados na primeira fase do programa 'Água para Todos' foram definidos durante reunião realizada na segunda-feira, 7, em Porto Velho. O encontro foi realizado entre membros da coordenadoria estadual do programa, instalada na Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog) e representantes das prefeituras.

A reunião de alinhamento envolveu representações dos municípios de São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Alvorada do Oeste e Urupá e teve, entre outros objetivos, orientar a formação dos comitês gestores municipal, repassar informações sobre as comissões comunitárias, além de demandar tarefas de apoio técnico aos engenheiros que compõem o Programa.

Durante o encontro, o coordenador estadual do programa, Natan Oliveira, explicou que o objetivo do Termo de Compromisso firmado entre o Governo do Estado e o Ministério da Integração é o de promover a universalização do acesso à água às pessoas das comunidades tradicionais – quilombolas, ribeirinhos, descendentes de seringueiros, nordestinos e índios – que sobrevivam essencialmente da pesca artesanal e ou da agricultura familiar. De acordo com o projeto, o acesso deverá ser através da implantação e construção de Sistemas de Abastecimento de Água e viabilizada por meio de poços artesianos de forma coletiva.

“Vale ressaltar que existe uma série de critérios estabelecidos. Dessa forma, o papel do comitê municipal inicialmente será verificar se as famílias selecionadas estão dentro desses critérios, além do envio de informações técnicas necessários ao projeto”, disse Natan. O coordenador lembrou ainda que as comunidades localizadas na região do baixo Madeira também foram beneficiadas, porém, com a cheia do rio os trabalhos nas localidades tiveram que ser adiados até normalizar a situação.

Água para Todos

O programa tem como objetivo garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e também para a criação de animais.

Em Rondônia, as articulações foram iniciadas ainda em 2012, quando o governador Confúcio Moura, sensibilizado com a situação precária da água nas comunidades de assentamentos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

rurais, distritos, comunidades ribeirinhas e indígenas, buscou a viabilização dos recursos federais para essas localidades.

No total, serão investidos cerca de R\$ 16 milhões na construção dos sistemas coletivos que atenderão famílias das comunidades tradicionais quilombolas de Costa Marques e São Francisco, além dos assentamentos agrários de Urupá, e das famílias descendentes de seringueiros nordestinos e de índios que vivem às margens do rio Madeira, no município de Porto Velho.

Texto: Jane Carla



Jornalista é condenado por postagens racistas na internet

SÍTIO PR/AP, 09.04.2014

A Justiça Federal condenou o jornalista amapaense Igor Reale Alves por publicações de conteúdo racista em site de rede social. De acordo com a decisão, ele vai prestar serviços comunitários na Casa de Apoio à Saúde Indígena do Amapá (Casai) e pagar seis salários mínimos. Metade para o Conselho de Caciques de Oiapoque e a outra metade à Associação dos Indígenas de Wajãpi. A sentença é resultado de ação ajuizada pelo Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) em julho de 2013.

Para a instituição, a obrigação de prestar serviço na Casai é pedagógica. “Talvez, nesse sentido, o réu possa ter contato com o diferente. E, quem sabe (...) a Justiça nesse caso possa fazer um grande bem à humanidade, um grande bem ao réu, que é ter contato com o diferente, ter contato com o indígena e ver o quanto sofre uma minoria nesse país”, argumentou o procurador da República Camões Boaventura, durante audiência na Justiça Federal.

No ano passado, o jornalista postou cinco mensagens racistas contra os índios Guarani-Kaiowá. Igor Reale se referiu à etnia com expressões de desprezo e incentivou suicídio coletivo. “O acusado proferiu várias mensagens (e não apenas uma) em rede social, praticando, induzindo e incitando a discriminação ou o preconceito de raça e etnia”, destaca trecho da decisão.

Para a Justiça Federal, “qualquer cidadão tem o direito de emitir opinião e formular críticas, desde que não atinja o campo delimitado do direito de outrem. O réu, homem adulto e jornalista formado, não pode alegar desconhecer o alcance que teriam suas palavras”.

O procurador da República Felipe Moura Palha, que assina a ação, orienta: “É preciso pensar duas vezes antes de publicar alguma mensagem na rede social. Uma boa sugestão é imaginar se você diria aquilo em um palco diante de muitas pessoas. Se a resposta for negativa, desista da postagem”.

Racismo - Conforme a Constituição Federal, o crime de racismo é inafiançável e imprescritível. Para não propagar as ofensas à dignidade da etnia, as mensagens racistas não serão reproduzidas pelo MPF/AP.

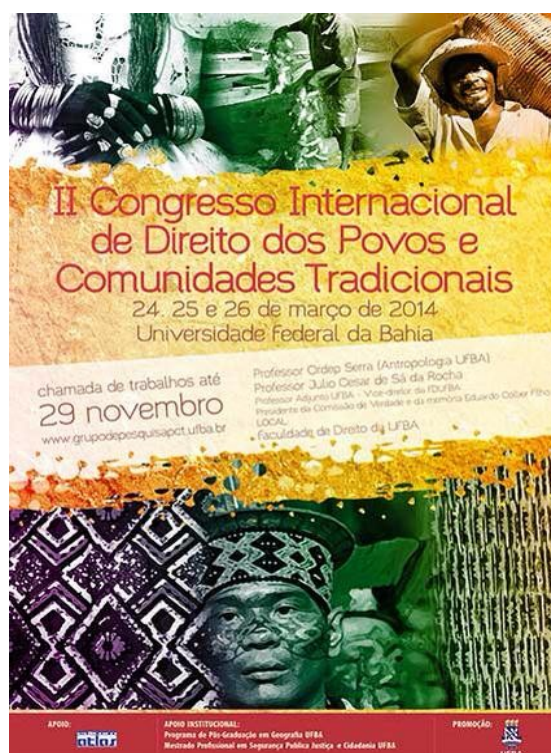
A sentença se deu com base na Lei nº 7.716/89. Nela consta que serão punidos os crimes de discriminação ou preconceito contra raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Para a decisão, cabe recurso.

Número do processo para consulta: 0005047-45.2013.4.01.3100

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República no Amapá
(96) 3213 7815
prap-ascom@mpf.mp.br



Denúncias das Comunidades apresentadas e aprovadas no II Congresso de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.04.2014



Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

O II Congresso de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais foi realizado do dia 24 a 26 de março, nas Faculdades de Direito e de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Participaram representantes de povos indígenas, quilombolas, diferentes comunidades tradicionais, movimentos sociais e pesquisadores, nacionais e internacionais.

Após a última mesa, foi realizado um Tribunal dos Povos e Comunidades Tradicionais, no qual foram apresentadas 62 denúncias, para aprovação da Plenária. Na lista abaixo, está faltando, pois, uma carta-denúncia assinada por entidades e pesquisadores, do Brasil e do exterior, exigindo ação imediata do Governo Brasileiro para a proteção e demarcação das terras e dos Tupinambá. O documento foi aprovado, conforme consta, inclusive, de sua publicação neste blog, que será repetida hoje, com as assinaturas definitivas. Abaixo, a listagem das outras 61 denúncias aprovadas, com a informação de seus autores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

TRIBUNAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

DENUNCIA nº 01

DENUNCIANTE: QUILOMBO DOS RIOS DOS MACACOS

1ª violência é a Marinha querer tomar nosso território; 2ª violência aconteceu no passado com mulheres crianças e adultos contra os terreiros que foram derrubados, idosos que morreram de choque e desgosto. As violências contra os moradores na década de 80 contra Luiz Gonzaga filho de D. Maria e em pleno século XXI aqui, Rosimere e Ednei Mesias dos Santos na portaria da Vila Naval no dia 06/01/2014. isso é repugnante para comunidade Rio dos Macacos. A titulação de todos os territórios já. Pelo fim das violências contra as comunidades, contra os indígenas, quilombolas e negros.

DENUNCIA nº 02

DENUNCIANTE: O MUPOIBA (MOVIMENTO UNIDOS DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NA BAHIA)

O MUPOIBA (Movimento Unidos dos povos e organizações indígenas na Bahia) vem denunciar o governo brasileiro pelos assassinatos dos indígenas na Bahia, pela corrupção das forças armadas nos territórios indígenas tupinambá, pela não demarcação da terra indígena, por estar permitindo a invasão no território pataxó há há há pelo setor pecuarista da região, pelo péssimo serviço de fiscalização nos territórios.

DENUNCIA nº 03

DENUNCIANTE: RUBEN SIQUEIRA – CPT/BA

A judicialização dos conflitos agrários, que envolvem povos indígenas, comunidades camponesas, quilombolas, sem terra, etc., tem resultado, na grande maioria dos casos, em fragilizadas, muitas fadadas a extinção, em prejuízo também da nação brasileira, apelar para a justiça, que não é cega, está se tornando, dengosamente, o melhor modo de não obtê-la!

DENUNCIA nº 04

DENUNCIANTE: INSTITUIÇÃO RAÇA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.

Ações truculentas das polícias no que diz respeito ao genocídio da juventude negra.

DENUNCIA nº 05

DENUNCIANTE: ÍNDIOS TUPINAMBÁS

Nós, Tupinambás de Olivença, viemos denunciar a bancada ruralista, por criar a PEC 215 que retira todos os direitos sobre a demarcação das terras indígenas e quilombolas. E

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

denunciarmos o Ministro de Justiça por criar um decreto que altera o decreto 1775 que diz que deve ter consulta a bancada ruralista e o Ministério de Minas e Energia para demarcar as terras indígenas.

DENUNCIA nº 06

DENUNCIANTE: JOSÉ RAMOS DE FREITAS, JOÃO DA CONCEIÇÃO SANTOS, RAIMUNDO – COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Morosidade do INCRA para realização e publicação dos RTID das Comunidades Quilombolas “exemplo de Nova Batalhinha, Jaboti, Barra do Parateca, Piranhas na região do Velho Chico.

DENUNCIA nº 07

DENUNCIANTE: JOSÉ RAMOS DE FREITAS, JOÃO DA CONCEIÇÃO SANTOS, ROSEMEIRE – COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Violência por parte do Governo e fazer cumprir as leis que combate todas e qualquer tipo de preconceito. Conselho Estadual das Comunidades e Associações Quilombolas do Estado da Bahia. (CEAQ)

DENUNCIA nº 08

DENUNCIANTE: ÍNDIOS TUPINAMBÁS

Nós Tupinambás de Olivença viemos denunciar a omissão do atual Ministro da Justiça o Sr, José Eduardo Cardoso em não demarcar o território sagrado Tupinambá de Olivença. Os documentos comprobatórios encontram-se em mãos do Ministro há mais de dois anos aguardando a assinatura da portaria declaratória que demarca o território Tupinambá.

DENUNCIA nº 09

DENUNCIANTE: O FURUM MEIBA (FORUM DE EDUCAÇÃO INDÍGENA DA BAHIA)

Denuncia o Governo do Estado e o Ministro de Educação pelo regime de sub-escravidão que é submetido os professores indígenas da Bahia, pela falta de apoio aos estudantes indígenas que vivem nas aldeias, por não permitir a autonomia na gestão das escolas indígenas pelos índios, por não executar os recursos de construção de escola indígena.

DENUNCIA nº 10

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

A ilegalidade do edital lançado pelo governo brasileiro para privatização das águas públicas de mar e rio para fins particulares, também terminais de gasificação flutuante no mar da Bahia de Todos os Santos.

CONT.



DENUNCIA nº 11

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denunciamos a flexibilização das leis ambientais, mudança do código florestal, anistia dos crimes provocados pela carcinicultura, fortalecimento das empresas de camarão que volta com mais força e violência, desmatando manguezal e ameaçando inundações.

DENUNCIA nº 12

DENUNCIANTE: PROFESSOR LÚCIO GALDINO-VERR

1- Denuncia: A Comunidade Indígena Pitaguary no Ceará ainda não tem a homologação de suas terras (T.I), bem como, a ausência de saneamento básico (água e esgoto).

2- Denuncia: A Comunidade Indígena Boca da Mata (T.I São Marcos) no Estado de Roraima, vem encontrando problemas com relação ao lixo produzido por sua população. A coleta é irregular causando diversos impactos ao meio ambiente.

DENUNCIA nº 13

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS /GERAZEIROS

1- Desmatamento forte no Oeste da Bahia;

2- Famílias sendo expulsas por pistoleiros de suas terras para dar espaço ao empreendimento empresário;

3- Forte uso de agrotóxicos pelos empresários contaminados as águas e as pessoas, pois passam aviões pulverizando agrotóxico por cima das casas e riachos;

4- Ato de pistolagem, carvoarias, usa de correntões para o desmatamento;

5- Queremos a regularia promoção realização fundiária e a promoção de políticas públicas de sustentabilidade e aproveitamento dos frutos nativos do cerrado.

DENUNCIA nº 14

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denunciamos a postura dos órgãos ambientais IBAMA, SEMA, INEMA, ICMBIO que estabelece uma relação promíscua com as empresas ficando para cumprir sua agenda e licença diversa empreendimentos.

DENUNCIA nº 15

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denunciamos o investimento nas empresas energéticas, as grandes empresas de energia como hidrelétrica, termoeletrica, eólicas provocando desapropriação das terras, fazendo destaque a maior termoeletrica da América Latina que está sendo construída ao redor da Ilha de Maré. (Eólico Sobradinho e Sento Sé).

DENUNCIA nº 16

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS TRADICIONAL Ricos de contaminação radiada por 10 tradicionais ao entorno de mineradora e indústria em Caetité – Bahia. Mineração de Urânio.

DENUNCIA nº 17

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

A morosidade do governo em reconhecer os territórios tradicionais e a importância do governo do Estado da Bahia em reconhecer apenas comunidades de Fundo de Flecha de Parto ao invés do território tradicional ocupado.

DENUNCIA nº 18

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denuncio o Governo do Estado da Bahia na regulação fundiário nas comunidades de Fundo de Fecho de Pasto. Quando doa minifúndios para famílias, dão títulos definitivos individual, hectares contra a própria constituição do Estado.

DENUNCIA nº 19

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denuncio o Governo do Estado em particular uma data para comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto auto-reconhece-se que fere a Constituição Federal.

DENUNCIA nº 20

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Queremos denunciar e pedir providencias para o massacre e genocídio de lideranças das comunidades de Fundos de Pasto no município de Monte Santo e o caso de Zé de Antero no município de Casa Nova, casos sem resolução por parte do Estado, que vem se colocando de forma conivente, assim como, o poder judiciário que fecha os olhos para os casos expostos.

DENUNCIA nº 21

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Desde 2005 as comunidades Pau Grande, Tapeba, Barreiro no Litoral Norte da Bahia, comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, feito o processo do RTDI, pelo INCRA e arquivado, depois das reações de imobiliárias, advogados e prefeitura de Mata de São João. Nesses últimos nove anos os idosos estão morrendo, jovens sendo assassinados pelo tráfico e alcoolismo. Eles estão invisíveis para a justiça, para o estado, expostos ao turismo estrangeiro e imobiliário que exploram e expulsam muitas lideranças estão silenciados pelas ameaças. Quem vai tomar providências?

DENUNCIA nº 22

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denunciamos a postura do MPP Ministério da Pesca e Agricultura de negar direitos aos pescadores e pescadoras e de fazer seu registro de pescadora, ficando 3 anos sem emitir carteiras profissional.

DENUNCIA nº 23

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Contra a Constituição anti vida da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e todas as outras formas de racismo ambiental.

DENUNCIA nº 24

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Gostaríamos de denunciar a construção da UHE de Belo Monte. Com este empreendimento o Estado brasileiro abre precedentes para que populações tradicionais sejam retiradas e tenham seus direitos humanos violados.

Repudiamos todos os atos de preconceito contra populações tradicionais e não reconhecimento desses povos.

DENUNCIA nº 25

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denunciamos a forma violenta da instalação do estaleiro Enseada do Paraguaçu trazendo problemas ambientais e sociais como: desmatamento de manguezal e mata atlântica, explosão de montes, drenagem, escassez de pescado, aliciamento de menores na prostituição e drogas.

DENUNCIA nº 26

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS COMUNIDADE TRADICIONAL

Denunciamos a expansão do turismo de massa, a apropriação indevida das ilhas, áreas chamadas de marinha (beira de praia).

DENUNCIA nº 27

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denunciamos a expansão da monocultura do eucalipto no Recôncavo, Sul e Extremo Sul da Bahia.

DENUNCIA nº 28

DENUNCIANTE: JULIANA GILMARA

Federalização de crimes étnico-raciais – petição entregue à Sexta Câmara Ministério Público Federal de Brasília.

DENUNCIA nº 29

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

MPP Denunciamos a ampliação dos portos, duplicando o tráfego de navios nas águas brasileiras, e inviabilizando a atividade pesqueira também pelas águas de lastro que são lançadas com espécies exóticas.

DENUNCIA nº 30

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

MPP Denunciamos a postura dos Ministérios Públicos (Estadual e Federal) que tem induzido as comunidades numa lógica de negociação para não resistimos e buscar a compensação. Denunciamos a atuação da Fundação Palmares de ir para comunidade compensação e não a resistência.

DENUNCIA nº 31

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denunciamos o governo brasileiro pelo modelo de desenvolvimento. PAC Programa de Ataque as Comunidades.

DENUNCIA nº 32

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

CONT.



Comunidades tradicionais do Paraná e grupos camponeses denunciam a prisão de 11 lideranças entre setembro e novembro de 2013 pela polícia federal. Essas foram criminalizadas e punidas pela participação no programa de aquisição de alimentos ecológicos entregues em escolas públicas da região. Essa situação denuncia também as armadilhas colocadas aos camponeses e comunidades tradicionais pela burocracia e controle impostas por muitas políticas públicas.

DENUNCIA nº 30

DENUNCIANTE: MARIA DAS DORES FLORENCIO DE JESUS – CACIQUE DA ALDEIA PATAXÓ DE JUERANA- PRESIDENTE DO CONSELHO DE CACIQUES PATAXÓ E TUPINAMBÁ.

O FATO: indígenas da aldeia Pataxó Juerana relatam casos de preconceito racial no COLÉGIO MUNICIPAL DE PORTO SEGURO, Professor na aula inaugural de educação física no dia 13 de março deste ano para aproximadamente 27 alunos, constrangeu aluno pataxó ao afirmar “QUE OS PORTUGUESES TROUXERAM A MACONHA PARA FABRICAR CELULOSE, E QUE OS ÍNDIOS POR SUA VEZ COMEÇARAM A FAZER UM BASEADO ATRAVÉS DO CACHIMBO.(...) QUE OS ÍNDIOS RECEBEM UMA CARTEIRA DA FUNAI SUSTENTADOS PELOS BRANCOS E TODOS SÃO PREGUIÇOSOS E VAGABUNDOS. E QUE AINDA O PROFESSOR FALOU QUE NUNCA TINHA VISTO ÍNDIO DE CABELO DURO E NARIZ DESSES. COMPLETA AINDA O PROFESSOR DIZENDO “E NEGÃO”. Aluno sentiu-se CONSTRANGIDO E NÃO QUER MAIS ESTUDAR E NEM SAIR DE CASA POR CONTA DE TUDO ISSO EXPOSTO.

Não podemos na qualidade de representante dos povos indígenas e índios que somos aceitar que CRIMES DE RACISMO, PRECONCEITO E INJURIA sejam praticados dentro de sala de aula e por um professor contra a nossa população indígena.

DENUNCIA nº 34

DENUNCIANTE: CIGANOS DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO-BAHIA

Nós ciganos de Porto Seguro denunciamos os abusos cometidos pelos policiais ao nos abordarem de forma violenta e agressiva.

Denunciamos também o espaço que nos está sendo retirado na nossa comunidade.

DENUNCIA nº 35

DENUNCIANTE: COSME

Denuncio o genocídio dos companheiros das comunidades tradicionais do Fundo de Pasto de Monte Santo, com apoio do Estado brasileiro, em especial o Estado da Bahia.

Denuncio o projeto de lei 12910 do Estado da Bahia artigo 3º inciso 2º onde o mesmo impõe uma data para protocolar os pedidos de certificação do reconhecimento.

CONT.



DENUNCIA nº 36

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS /GERAIZEIROS

- 1- Forte desmatamento, fazendo uso de correntões.
- 2- Expulsão de famílias de suas terras; atos de pistolagem para dar espaço ao empreendimento
- 3- Pulverização de agrotóxicos fortíssima, até por cima das casas e riachos contaminados pessoas,

QUEREMOS URGENTE

- 1- Regularização fundiária
- 2- Promoção de políticas de sustentabilidade e aproveitamento dos frutos nativos do cerrado.

DENUNCIA nº 37

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denuncio o Governo do Estado da Bahia pelo assunto de Maria de Jesus (Dona Maria) e Altino (Senhor Altino) do terreiro de candomblé de São Francisco do Paraguaçu.

É réu Jaques Wagner – governador; Mauricio – Secretario de Segurança Pública.

DENUNCIA nº 38

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

As reservas extrativistas costeiras marinhas vêm sofrendo grandes ameaças com empreendimentos pequenos médios e grande porte. Por empresas petrolíferas, Petrobrás, monocultura, Fíbria e Veracel.

Na região de Caravelas sul da Bahia vem acontecendo um fato muito preocupante com a classe pesqueira em virtude de um processo de dragagem e descarte dos dejetos dragados que joga em cima do banco camaroeiro que vem assoreando barras e rios da região, tendo em vista que esses empreendimentos vêm sendo licenciados sem conhecimento das populações tradicionais.

DENUNCIA nº 39

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denunciamos o poder judiciário brasileiro especialmente o baiano pela morosidade em julgar ações que se tratam da defesa dos direitos das populações tradicionais e manter suas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

atividades econômicas e culturais nos seus territórios.

DENUNCIA nº 40

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denuncio a bancada evangélica fundamentalista que votam em bloco com a bancada ruralista, os salvadores de algumas de hoje se unem com os assassinos do campo de hoje e de ontem.

DENUNCIA nº 41

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denuncio os agrotóxicos, os esgotos que estão matando o Velho Chico, as mineradoras que estão surgindo no lago do Sobradinho, as eólicas que ainda não chegaram e já estão causando impacto ambiental no São Francisco.

DENUNCIA nº 42

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Dos participantes contra ação do estado contra os povos e comunidades tradicionais do Ceará.

DENUNCIA nº 43

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Sucateamento dos órgãos de terra e dos setores responsáveis pela regularização fundiária dos territórios tradicionais a nível estadual e federal.

DENUNCIA nº 44

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denuncio o estado por não respeitar o direito do território permitindo empreendimento nas áreas em processo de demarcação.

DENUNCIA nº 45

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denuncio os governos europeus instalar suas empresas, aproveitando da febre desenvolvimentalista brasileira e condenando a extinção os povos e comunidades tradicionais que desconhecem isso para manter uma política colonialista.

DENUNCIA nº 46

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Na região de Olivença, por conta dos conflitos, a tráfico de drogas acontece de forma muito forte, trazendo problemas para os jovens da população e mais violência para região. Precisa que se desenvolvam atividades culturais e do incentivo do Estado para que elas aconteçam e do combate a esse tráfico de drogas.

DENUNCIA nº 47

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS TRADICIONAL

Denunciamos os crimes de racismo e intolerância contra terreiros de candomblé e seus filhos na cidade de Salvador e no Estado da Bahia.

Que Katia Carmelo (ex-Secretária Municipal) seja julgada por mandar destruir o terreiro de Oyá de Mãe Rosa, no Bairro do Imbui – Salvador.

DENUNCIA nº 48

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Aqui denuncio as imobiliárias e todos os órgãos públicos que se juntam aos partidos políticos e as igrejas neopentecostais que estigmatizam e discriminam as religiões de matrizes africanas.

DENUNCIA nº 49

DENUNCIANTE: FRENTE NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E MOQUIBOM- FÁTIMA BARROS

Quilombos da ilha de São Vicente-TO (Bico do Papagaio) denunciamos a omissão do governo brasileiro por negar o direito a titulação e certificação dos territórios quilombolas do norte a sul do Brasil. Na demora em realizarem os laudos antropológicos, os nossos territórios são invadidos, na ilha de São Vicente 4 anos de luta e a ilha está sendo loteada invadida e nem o INCRA e nem o Ministério Público tomam nenhuma atitude.

Denunciamos ainda a prática da pistolagem nos quilombos do Maranhão que tiveram muitas vidas perdidas na luta pelas terras.

DENUNCIA nº 50

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comunidade Quilombola das famílias Teodoro Oliveira e Ventura era região do Alto Paraíba-MG; casa de senzalas e muros de pedras sendo destruídos por morosidade do IPHAN.

DENUNCIA nº 51

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

O movimento dos pescadores artesanais do litoral do Paraná denunciava a forma autoritária que o ICMBIO conduz a elaboração do plano de manejo do Parque Nacional de Superagui violando direitos sociais e territoriais de nossas comunidades tradicionais pesqueiras.

DENUNCIA nº 52

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denunciamos o impacto visual da Baía de Todos os Santos pelo navio atracado nas águas dos nossos ancestrais. Pescadores e marisqueiras e quem não conseguem ver a Baía de todos os Santos e sim os navios. Axé.

DENUNCIA nº 53

DENUNCIANTE: JOSÉ RAMOS FREITAS

Que o secretário estadual e municipal principalmente na base que são as DIREC onde mesmo não respeita e não cumprem a lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares de Educação Quilombola Nacional e Estadual onde os municípios e DIREC falam que quer ver cumprir essa lei onde tiram professores das comunidades para se colocar em outros lugares?

Fórum permanente de educação Quilombola do Estado.

DENUNCIA nº 54

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Os pescadores(as) do Rio São Francisco denunciam os agrotóxicos jogando no Rio e os novos barramentos, a ameaça de implantação usina nuclear também no Rio São Francisco, a transposição do Rio para beneficiar o Agro e Hidronegocio.

DENUNCIA nº 55

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denuncio o preconceito institucional e o desrespeito por parte do Estado ao centro cultural tupinambá, situado no passeio público de Salvador no bairro do Campo Grande. O centro precisa de visibilidade e apoio, inclusive de recursos para manter o espaço e o desenvolvimento das oficinas culturais que lá ocorrem. Estamos a 8 anos sem poder da continuidade a realização das atividades culturais.

DENUNCIA nº 56

DENUNCIANTE: ÍNDIOS TUPINAMBÁS

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

Nós Tupinambás de Olivença, denunciemos o governador da Bahia o Sr. Jaques Wagner e a Presidenta da República Dilma Rousseff e o Ministro de Justiça e Sr. José Eduardo Cardoso por usar a GLO (garantia da lei e da ordem) contra o nosso povo. Onde está na área indígena o exército, marinha, polícia federal e força nacional impedindo o livre acesso dentro do território.

DENUNCIA nº 57

DENUNCIANTE: TRIBUNAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Nós povos e comunidades tradicionais, presente no II Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades tradicionais, reunidos nos dias 24 a 26 de março de 2014, na Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Direito-UFBA, na cidade de Salvador, viemos por meio deste denunciar e manifestar nosso repúdio às violações de direitos dos povos e comunidades tradicionais, por parte do Estado brasileiro que usando de violência física, moral e psicológica, assimetria de poder, flexibilizando de instrumentos legais, além da legitimação dada pelas instituições e órgãos públicos, vem ameaçando, expulsando, assassinando e criminalizando povos e comunidades tradicionais, inclusive lideranças e movimentos sociais, que se opõem às políticas desenvolvimentistas do estado, utilizando até força policial. Nós nos opomos aos interesses privados de grupos econômicos nacionais e internacionais, que só se preocupam em aumentar suas contas bancárias à custa da degradação ambiental e privatização dos territórios tradicionais, aumentando a desigualdade social e os conflitos e negando direitos no campo e na cidade.

DENUNCIA nº 58

DENUNCIANTE: OS PESCADORES/AS DO MANGUE DO CUMBE/ARACATI, DESDE 1996

Vêm lutando pela defesa do seu modo de vida e de seu território tradicional, contra os projetos de desenvolvimento econômico que invadiram nosso ecossistema manguezal, como carcinicultura e, em 2008, a instalação dos parques de energia eólica no campo de dunas. Esses empreendimentos vêm acarretando diversos conflitos socioambientais como privatização das áreas públicas, como manguezais, paria e dunas, destruição de sítios arqueológicos e divisão na comunidade.

DENUNCIA nº 59

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Prefeitura do Municipal do Aracati, hoje na pessoa do prefeito Ivan Silvério e seus secretários, além da Colônia de Pescadores do Aracati Z-12 que diante do conflito instalado na comunidade do Cumbe/Aracati – CE, entre Pescadores/as do Mnague e empresários do camarão, se fazem de surdos e mudos e nada fazem para resolver esse impasse, ao contrário, são coniventes com a situação vivida hoje pelos pescadores/as do mangue do Cumbe.

DENUNCIA nº 60

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Denunciamos a inoperância da Prefeitura Municipal do Aracati, hoje na pessoa do prefeito Ivan Silvério e seus secretários, além da Colônia de pescadores do Aracati Z-12, que diante do conflito instalado na comunidade do Cumbe/Aracati –CE, entre Pescadores/as do mangue e empresários do camarão, se fazem de surdos e mudos e nada fazem para resolver esse impasse, ao contrário, são coniventes com a situação vivida hoje pelos pescadores/as do mangue do Cumbe.

DENUNCIA nº 61

DENUNCIANTE: MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Relatamos o acontecido no dia 29 de agosto de 2013. A juíza da 1ª vara da Comarca do Aracati, Ana Celina Monte Studart Gurguel Carneiro, usando da sua função pública, determinou a expulsão de 27 famílias de pescadores/as do mangue do Cumbe/Aracati-CE, que estava numa área do manguezal abandonada pela carcinicultura, desde 2002, e ocupava pelos pescadores por cinco meses. Desta forma, sem ouvir os pescadores/as do mangue, a juíza autorizou, a pedido do empresário Rubens dos Santos Gomes que apresentou um documento que alegava que aquela área era de sua propriedade, a ida de mais de vinte policiais da PM do Aracati-CE, que usando da violência e ameaça, cercando a área de manguezal ocupada pelos pescadores, para que fosse desocupada e passada para o empresário do camarão. Tudo o que os pescadores/as do mangue tinham construído durante cinco meses na área foi destruído. Os pescadores/as do mangue saíram sem ter direito de defesa, sem serem ouvidos e no prejuízo, pela destruição ocasionada pelos policiais. A PM do Aracati-CE só deixou a área de manguezal ocupada pelos pescadores/as do mangue quando o empresário, juntamente com seus funcionários, construíram uma cerca na área de manguezal, cujo tamanho é de 24ha.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

MPF/MA propõe ação civil pública para coibir prática de mineração em área quilombola

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.04.2014

A comunidade de Miranda, no município de Rosário (MA), vem sendo impactada com a exploração minerária, causando prejuízos à saúde e segurança dos moradores e ao meio ambiente

O Ministério Público Federal (MPF/MA) propôs ação civil pública, com pedido de liminar, contra o Maranhão e três empresas de mineração, que atuam em área quilombola. As empresas foram licenciadas de forma irregular, sem a exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

As empresas utilizam-se da exploração mineral mediante o uso de explosivos para a retirada das rochas, gerando transtornos à população com prejuízos às suas moradias, à segurança e à saúde, danos que foram constatados em vistorias feitas pela Defesa civil do Estado.

Na ação, o MPF/MA requer a suspensão de atividades das empresas mineradoras sob pena de multa de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) por dia de descumprimento, vedando imediatamente a realização de detonação de explosivos e o transporte de rochas além da recuperação das áreas degradadas, bem como aos prejuízos causados à comunidade.

Em relação ao Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos naturais (Sema), o MPF requer a suspensão das licenças ambientais relativas aos empreendimentos de mineração na comunidade de Miranda, não permitindo a concessão ou renovação de licenças ambientais na localidade, além da exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em todos os empreendimentos.

Assessoria de Comunicação / Procuradoria da República no Maranhão

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Justiça condena Dnit e Fatma a pagamento de indenização a indígenas do Morro dos Cavalos-SC

SÍTIO CIMI, 09.04.2014

Ação promovida pela Procuradoria da República em Santa Catarina (MPF/SC), a Justiça Federal condenou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) ao pagamento de R\$ 100 mil por danos morais à comunidade da Terra Indígena Morro dos Cavalos, localizada no município de Palhoça.

“É uma importante vitória do ponto de vista judicial, muito expressiva. Não pelo valor da multa, mas o fato da condenação ter sido aplicada, fundamental neste momento que a Terra Indígena Morro dos Cavalos está sendo questionada. A ação representa a garantia de que esse território é de uso exclusivo da comunidade e importante para a própria preservação do meio ambiente”, garante Clovis Antonio Brighenti, membro do Cimi Regional Sul.

A Fatma foi responsabilizada por ter expedido a licença, assim permitindo a intervenção ilegal. Já o Dnit foi condenado por permitir que a empresa retirasse minério da área sabidamente de usufruto exclusivo dos Indígenas.

A Terra Indígena Morro dos Cavalos é reconhecida legalmente como bem da União de posse e usufruto exclusivos e permanentes da comunidade Indígena Guarani. Em 2002, foi assinado um convênio entre a Funai e o Dnit para implementar o programa de apoio às comunidades Indígenas Guarani residentes na área de influência da BR-101. O acordo foi uma forma de mitigação e compensação pelos impactos socioambientais decorrentes das obras de duplicação da rodovia.

Fatma vai recorrer e Dnit aguarda notificação

A Fatma recorrerá a decisão. Em nota, a entidade alegou que não expediu licença em área indígena, pois quando o documento foi despachado, ainda não havia sido demarcada a área. “A licença emitida está datada do ano de 2007, já a área indígena só veio a ser demarcada em 2008”, informa o texto.

“Isso é uma falácia da Fatma, ela sabia que havia sim área indígena na região, pois a comunidade foi reconhecida como ocupação tradicional em 1993”, critica Clovis.

Uma audiência foi solicitada com a presidenta Dilma Rousseff para que a mesma assine portaria regularizando a área indígena, mas a comunidade até o momento não obteve resposta. No ano passado os indígenas da comunidade se reuniram com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo para debater os impasses nas demarcações das terras indígenas do estado. “À época da reunião, o ministro alegou que os astros não estavam facilitando o reconhecimento das terras e que era para comunidade ter mais paciência”, aponta Clovis Antonio Brighenti.

CONT.



Histórico

A TI Morro dos Cavalos tem 1.988 hectares e foi reconhecida como de ocupação tradicional da Comunidade Indígena Guarani em 1993. Submetida ao Decreto 1775/96 passou por novos estudos e em 2008 o Ministro da Justiça assinou a Portaria Declaratória. Em 2011 a Fundação Nacional do Índio (Funai) procedeu a demarcação física e desde então aguarda a assinatura da Presidenta Dilma, que tem se recusado a assinar a portaria por conta da relação política com empresários e políticos catarinenses contrários aos direitos indígenas.

Sobre a TI foi criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, ainda na década de 1970, porém não é o Parque o principal empecilho ao processo demarcatório. Opõe-se a ele empresários do ramo de turismo e exploração de água que estão de olho no rico manancial que nasce no interior da TI.

Atualmente a comunidade conta com 138 pessoas e vive em menos de dois hectares, confiada entre o morro e a rodovia BR-101, que corta a TI.

A Homologação é o último passo para que Funai proceda o pagamento das benfeitorias das 74 famílias de posseiros que vivem sobre a área e para que a comunidade possa ocupar toda a terra.



Centro de Trabalho Indigenista divulga relatório sobre violências contra os índios Guarani do oeste do Paraná

SÍTIO CIMI, 09.04.2014

Foi divulgado hoje publicação online que contém o relatório "Violações aos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade", produzido pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

A publicação ocorre logo após a visita oficial da Comissão Nacional da Verdade à região. A psicanalista Maria Rita Kehl, coordenadora do GT "Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas", esteve por quatro dias na região, período em que pode ouvir, in loco, os testemunhos dos índios Guarani que vivenciaram ou presenciaram diversas formas de violências, atos de tortura e assassinatos impetrados contra seu povo. (Ver matéria sobre a visita publicada na Rede Brasil Atual).

Sua visita marca um momento importante, dando início a um processo de reparação e de reconhecimento da memória e do sofrimento Guarani que, no entanto, só será plenamente concluído quando seus direitos territoriais forem efetivados e os Guarani puderem, enfim, viver em paz em sua própria terra.

O contexto de divulgação do relatório é bastante oportuno, uma vez que o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, se esforça neste momento, para aprovar uma minuta de Portaria de "Regulamentação [sic] do Decreto nº1775" que, segundo parecer das principais organizações indígenas e indigenistas do país, trata-se de uma proposta velada de paralisar todos os procedimentos de demarcação de terra, por meio de subterfúgios formais. Segundo a proposta do Ministério da Justiça, cujo conteúdo foi tornado público no ano passado, passariam a participar dos estudos de identificação e delimitação de terras vários órgãos do Governo ligados aos setores da sociedade que se opõem às demarcações, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão historicamente vinculado ao agronegócio.

O relatório ora apresentado pelo CTI revela por meio da análise do estudo deste caso específico que a proposta do Governo nada mais faz do que ressuscitar o formato de demarcação instaurado durante o Regime Militar, modelo que foi justamente o responsável por consolidar o esbulho de diversos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas no país, inclusive no Oeste do Paraná. A esse respeito, é nítido como a proposta do Governo Federal ecoa a declaração do Coronel Nobre da Veiga, que esteve à frente da FUNAI (1979 -1981):

"toda vez que é eleita uma área indígena, antes de ela ser decretada, de ser oficializada, procuramos encaminhar, como temos feito, aos Governos dos Estados, aos órgãos federais e estaduais que se interessam pela terra, tais como IBDF, CEMA, INCRA, o DNER, o DNPM, todos os institutos de terra do Estado, de maneira que não passamos à eleição da área sem que esses órgãos nos digam quais serão os problemas criados por essa eleição, para evitar os conflitos que hoje existem em quase todas as 250 reservas indígenas..." (Coronel Nobre da Veiga, Comissão da Câmara, 17/9/1980).

CONT.



O interesse atual do documento se reforça ainda pelo fato de que a gênese do processo político que culminou na apresentação da proposta de minuta de Portaria pelo MJ foi uma audiência no Senado na qual a então Ministra da Casa Civil apresentou laudo da Embrapa, que justamente tratava da presença indígena no Oeste do Paraná. Por esse meio, justificava a inclusão de diversos outros órgãos no processo de regularização fundiária supostamente "comprovando", com fotos aéreas que a ocupação guarani no oeste do Paraná seria recente. Essa posição foi reforçada por factóide veiculado também pela Rede Globo, em matéria no Jornal Nacional.

O relatório "Violações aos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade (1946-1988)" refuta por meio de vasta análise documental as alegações preconceituosas da ex-Ministra Gleisi sobre o Oeste do Paraná, demonstrando o claro processo histórico de esbulho sofrido pelos Guarani na região, acirrado durante a Ditadura Militar.

Mais informações: comunicacao@trabalhoindigenista.org.br

Baixe aqui o Relatório! ([javascript:void\(0\);/*1397055131299*/](javascript:void(0);/*1397055131299*/))

VEJA O RESUMO DO RELATÓRIO:

Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná (1946-1988): subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. CTI, 2013.

Violências cometidas contra os índios Guarani do oeste do Paraná se perpetuam

O relatório "Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade (1946-1988)", produzido pelo Centro de Trabalho Indigenista já está online. Ao longo de mais de cem páginas, o relatório traz uma série de depoimentos dos xamoĩ kuery (anciãos) e xaryi kuery (anciãs) que vivem ainda hoje no oeste do Paraná (municípios de Foz do Iguaçu, Diamante d'Oeste, Santa Helena, Guaíra e Terra Roxa). As tristes histórias de vida dos Guarani na região são cotejadas com uma vasta base documental, reunida em 13 anexos, que comprova com clareza a forma como eles e suas famílias foram ilegal e violentamente expulsos de seus locais tradicionais de ocupação, perdendo suas terras, matas e meios de subsistência e sendo relegados à situação de extrema penúria em que se encontram até os dias de hoje.

Abordando um período que engloba o investigado pela Comissão Nacional da Verdade (1946-1988), o relatório mostra como, desde a criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939) até a construção da usina hidroelétrica de Itaipu (1975-1982), passando pela avassaladora expansão da frente agropecuária no oeste do Paraná à partir dos anos 40, ocorreu um gradativo tensionamento da estrutura fundiária da região. O Estado brasileiro, ao patrocinar a ocupação da região por ervateiros, colonos, madeireiras e os grandes empreendimentos, promoveu a expulsão, a escravização e assassinatos dos Guarani, ao mesmo tempo que os privou dos meios legais de fazer valer seus direitos civis e territoriais. A partir desse estudo, constata-se assim que o Estado brasileiro, ao instalar um sério conflito social e se furtando a resolvê-lo, relegou os índios ao esquecimento deixando-os à sua própria sorte. Com a força de seus

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

rezadores, homens, mulheres e crianças, eles continuam a resistir.

Ao contextualizar a situação em que vivem as comunidades guarani na região, o relatório deixa claro que os mecanismos de violação dos direitos humanos, intensificados durante o governo militar, continuam vigentes ainda hoje com a não demarcação das terras e a negação do acesso aos direitos sociais mais elementares. Ao final, o relatório propõe medidas de reparação para reverter a condição de precariedade e insegurança, com o reconhecimento dos legítimos direitos das comunidades Guarani na região oeste do Paraná, que lhes foram seguidamente usurpados, de modo a restituir a sua merecida dignidade.



Força Nacional vai permanecer no Maranhão até o dia 30 de abril

SÍTIO PORTAL DO MARANHÃO, 09.04.2014

A permanência da Força Nacional de Segurança Pública no Maranhão foi prorrogada até o dia 30 de abril. De acordo com a portaria do Ministério da Justiça, publicada nesta quarta-feira (9), no Diário Oficial da União, a prorrogação tem como objetivo manter o apoio aos órgãos federais durante cumprimento de determinação judicial de retirada de famílias que ocupam terras indígenas Awá-Guajá, na região do município de Santa Inês. Veja a portaria na íntegra.

De acordo com a Funai, aproximadamente 300 famílias estavam ocupando a reserva indígena Awá-Guajá. No início do mês de janeiro deste ano, ocupantes da terra indígena começaram a ser notificados. A retirada das famílias tem como objetivo conter o desmatamento na região, que segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já afetou 34% do território indígena, com perímetro de 1.700 km² (área pouco maior que o território da cidade de São Paulo), e ameaça a proteção da etnia, considerada por organizações ambientais como uma das mais ameaçadas.

Força Nacional no Maranhão

Agentes da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) iniciaram suas atividades nas instalações do Complexo Penitenciário de Pedrinhas no dia 13 de outubro de 2013. No mês de março, a permanência da Força Nacional foi prorrogada por, pelo menos, por mais 90 dias no Estado.

Segundo a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), a Força Nacional continua atua em apoio a revistas, rondas noturnas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e atendimento a ocorrências de altas complexidades nas unidades. Também faz o treinamento de homens do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop).

A vinda da Força Nacional de Segurança ao Maranhão ocorreu após rebelião na Casa de Detenção do Complexo penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, quando nove presos foram mortos em um confronto entre facções criminosas rivais. Na ocasião, a governadora Roseana Sarney decretou situação de emergência no sistema penitenciário do estado.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

Exposição – Indígenas em Santa Catarina: Educação e Cidadania

SÍTIO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA INDÍGENA, 09.04.2014

O Laboratório de História Indígena (LABHIN) convida todos a prestigiarem a exposição Indígenas em Santa Catarina: Educação e Cidadania, que será realizada entre os dias 14 e 26 de abril de 2014 na Biblioteca da Faculdade Municipal de Palhoça. Essa atividade é resultado de uma parceria do LABHIN com Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e tem o objetivo de proporcionar à comunidade acadêmica da Faculdade Municipal de Palhoça oportunidade de conhecer e se aprofundar sobre a temática indígena e a situação das populações indígenas na atualidade. A exposição é composta por banners, fotos, material didático e paradidático.

Exposição: Indígenas em Santa Catarina: Educação e Cidadania

Objetos: banners, fotos, material didático e paradidático

Duração: 14 a 26 de abril de 2014

Local: Biblioteca da Universidade Municipal de Palhoça

Organização e realização: LABHIN e NEABI

Para maiores informações e/ou solucionar eventuais dúvidas, entre em contato no e-mail: labhin@live.com



Livro sobre adolescente indígena é retirado de escolas nos EUA

SÍTIO BLOG DA ELAINE ELESBÃO, 09.04.2014

O livro “Diário Absolutamente Verdadeiro de um Índio de Meio Expediente”, do americano Sherman Alexie, foi retirado do currículo das escolas do Estado americano de Idaho, provocando críticas do autor e de entidades que lutam pela liberdade de expressão.

Após seu lançamento em 2007, o livro venceu, entre outros prêmios, o National Book Award, uma dos principais prêmios literários dos Estados Unidos.

A história fala sobre Junior, jovem indígena de 14 anos que deixa a escola em que estuda na reserva para frequentar um colégio de brancos. Como resultado, ele é rejeitado tanto pelos índios quanto pelos novos colegas.

Os críticos da obra afirma que ela contém linguagem considerada “ofensiva” e cenas de sexo. “Diário Absolutamente...”, que constava do currículo escolar em Idaho desde 2010, foi banido após reclamações de pais de alunos.

De acordo com o jornal britânico “The Guardian”, os próprios estudantes organizaram uma petição com 350 assinaturas pedindo que o livro seja mantido nas escolas, sob a alegação de que “a educação não pode ser censurada”. Mas a decisão não foi revogada pelas autoridades responsáveis pela educação em Idaho.

Organizações que apoiam a liberdade de expressão nos EUA se mobilizaram para impedir a censura ao “Diário Absolutamente Verdadeiro de um Índio de Meio Expediente”. A Coalizão Nacional Contra a Censura, por exemplo, divulgou uma carta pedindo que a decisão fosse revista.

“O livro fala sobre assuntos vitais, como as dificuldades do início da vida adulta, a busca por uma personalidade, o bullying e a pobreza. É, no final das contas, uma história empolgante do triunfo de um garoto com poucas vantagens”, dizia a mensagem.

Já Alexie —que tem ascendência indígena e, como seu personagem, cresceu numa reserva— se pronunciou dizendo que “proibidores de livros querem controlar o debate e limitar a imaginação. Já eu encorajo o debate e celebro a imaginação”.

(Fonte: Folha de São Paulo)



Hugo Di Domenico (1914-2014) - O médico que falava tupi-guarani

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 09.04.2014

Paraibuna significa rio ruim e de águas escuras em tupi. Taubaté, em uma das versões mais aceitas, é moradia elevada. Já Guaratinguetá, o lugar de muitas garças.

As palavras indígenas que cercaram sua infância no Vale do Paraíba eram cuidadosamente anotadas e catalogadas pelo médico Hugo di Domenico.

Em 2008, quando as fichas acumuladas ao longo de décadas chegaram a 50 mil verbetes traduzidos para o português, Di Domenico conseguiu publicar o que chamou de sua obra-prima: o Léxico Tupi-Português.

"Não é que eu queira que toda criança fale tupi. Mas desejo que os estudantes entendam a influência do tupi na nossa língua", disse ele em uma entrevista, certa vez.

Ele dizia achar estranho que os brasileiros vivessem em meio a tantas palavras indígenas desconhecendo a sua origem e significado.

Filho de imigrantes italianos, Di Domenico teve 14 irmãos. Aos 17, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, atual UFRJ.

Assim que se formou, em 1937, mudou-se para Taubaté, onde começou a clinicar.

Era comum que ficasse até depois do seu expediente no consultório para atender pacientes sem dinheiro.

Tinha ainda o costume de, com longas conversas, convencer até mesmo o mais teimoso dos pacientes.

Trabalhou no consultório montado em casa até seu aniversário de 99 anos, quando uma arritmia cardíaca o afastou da medicina. Morreu no domingo, vítima de uma embolia pulmonar. Deixa a viúva, três filhos, cinco netos e um bisneto.

coluna.obituario@uol.com.br



PEC 215 será debatida em Passo Fundo

SÍTIO RÁDIO SANANDUVA, 09.04.2014

A Comissão Especial da Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 215/00, que inclui as demarcações de terras indígenas entre as competências do Congresso Nacional, realiza na próxima sexta-feira, dia 11 de abril, em Passo Fundo, a terceira audiência pública regional para debater o tema. O evento está programado para iniciar a partir das 14 horas, no Pavilhão de Remates do Parque de Exposições Wolmar Salton - BR 285, Km 288 - acesso ao aeroporto do município. As duas primeiras conferências foram realizadas em Santa Catarina e no Pará.

O deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), que requereu a realização do encontro em Passo Fundo, explica que o objetivo é ouvir os envolvidos nos conflitos pela posse da terra e reunir subsídios para que o relator da matéria, deputado federal Osmar Serraglio (PMDB/PR), emita seu parecer sobre a proposta. "É importante entender as razões dos dois lados: de quem tem o título da terra e dos indígenas. Além disso, o relator vai verificar pessoalmente a realidade das regiões afetadas pelas delimitações", explica.

Para a audiência em Passo Fundo foram convidadas as federações da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - Farsul -, dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - Fetag - e a Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fetraf -, representantes do Ministério Público Federal e Estadual, a Fundação Nacional dos Índios - Funai - produtores rurais e indígenas.

ENTENDA: Hoje, pouco mais de 500 mil índios detém mais de 13% de todo o território brasileiro. São mais de 110 milhões de hectares nas mãos de 0,3% da população. A extensão de terras, já em posse dos índios, representa quatro vezes o estado gaúcho, com mais de 11 milhões de habitantes e duas vezes a Região Sul com 28 milhões de habitantes. No Rio Grande do Sul as reservas regularizadas ultrapassam 96 mil hectares e outras 100 mil compõem os processos que estão em andamento.

Serviço

O que? Audiência Pública para debater a PEC 215 – Demarcações de Terras Indígenas

Quando? Dia 11 de abril, sexta-feira, a partir das 14 horas

Onde? No Pavilhão de Remates do Parque de Exposições Wolmar Salton - BR 285, Km 288 - acesso ao aeroporto.



Empreendimento milionário destruirá escola indígena e posto de saúde

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.04.2014

Índios Tupinambás correm o risco de perderem escola indígena e posto de saúde na região do Acuípe, em Ilhéus, para a construção de condomínio de luxo de R\$100 milhões

Causa Operária – O empreendimento milionário de luxo “EcoResort Flor do Cacao” que está para ser construído dentro da Terra Indígena Tupinambá de Olivença no municípios de Ilhéus, no Sul da Bahia, vai destruir uma escola indígena e um posto de saúde, utilizado pelos índios e não-índios da região do Acuípe.

A Escola Municipal Indígena em Acuípe de Baixo e do Posto de Saúde, estão sendo ameaçados desde o ano passado quando o grupo estrangeiro Primavera Empreendimentos Imobiliários ajuizou uma medida de reintegração de posse em detrimentos dos índios Tupinambás que estão na área há quase 30 anos.

A Escola Indígena possui cerca de 150 estudantes entre índios e não-índios onde os estudantes são atendidos, nos três turnos, na educação infantil, Fundamental e no ensino médio.

O posto de saúde é importantíssimo para o acompanhamento e encaminhamento de doentes para os hospitais que possuem maior estrutura em Ilhéus e Itabuna.

O empreendimento de luxo EcoResort Flor do Cacao está estimado em mais de R\$ 100 milhões e ocupará uma área de 500 hectares, com casas piscinas, estacionamento, clube etc.

A Escola Indígena e o Posto de Saúde correm o risco de serem destruídos para que estrangeiros lucrem com as obras e a venda das casas, enquanto as crianças e o povo Tupinambá fiquem sem escola, saúde e sem casas para morar.

A farsa da defesa dos “interesses” de pequenos agricultores

Por detrás da campanha de calúnias referente ao desalojamento de pequenos produtores com a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, fica claro que os verdadeiros interesses são de latifundiários e especuladores imobiliários estrangeiros.

Fica claro que os principais porta-vozes contra os indígenas e responsáveis por incitar a população contra os índios Tupinambás, o deputado do PT, Geraldo Simões, e o presidente da Aspaiub (Associação dos Pequenos Agricultores de Ilhéus Uma e Buerarema), Abiel Santos, estão defendendo os interesses desses setores poderosos da região e não dos pequenos produtores.

Para defender as suas alianças com latifundiários e especuladores locais, o governo do PT

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

impôs estado de sítio dentro da área indígena enviando o exército e a Força Nacional de Segurança Pública, na tentativa de evitar a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.



Supremo entende que acusado de explorar madeira em terra indígena pode responder em liberdade

SÍTIO OLHAR DIRETO, 09.04.2014

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu que o empresário Anderson Ridier Banck, de Juína, acusado de integrar uma organização criminosa investigada por crimes ambientais poderá responder ao processo em liberdade. Banck foi preso na operação Arco de Fogo, deflagrada em 2010 pela Polícia Federal. Ele solto após passar oito meses na cadeia. A prisão preventiva foi decretada pela Quinta Vara Federal de Mato Grosso.

De acordo com a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), valendo-se do aliciamento de indígenas, os integrantes do grupo entravam na Terra Indígena Serra Morena para realizar atividades ilegais de extração, transporte e comércio de produtos florestais, mediante guias e notas fiscais fraudadas para impedir o controle e a fiscalização ambiental e para dar aparência de legalidade à madeira.

Em sessão realizada em maio do ano passado, o relator do HC, ministro Gilmar Mendes, apresentou voto no sentido de conceder o HC, por considerar que o juízo de primeiro grau não indicou elementos concretos aptos a justificar a prisão cautelar. Entendeu que o juízo não fundamentou de forma individualizada e pormenorizada as razões pelas quais A.R.B. deveria ser mantido preso.

Segundo assessoria da imprensa do STF, ao apresentar seu voto-vista na sessão de hoje, o ministro Ricardo Lewandowski acompanhou o relator. Ele afirmou que houve o relaxamento das prisões preventivas dos principais indiciados e, por uma questão de coerência, não se poderia manter A.R.B. preso, pois é o próprio MPF quem o aponta como "laranja" de um dos principais líderes do grupo, cabendo a ele exercer papel secundário relativo à falsificação de notas e guias. Os demais ministros também acompanharam o voto do relator.

À época, junto com Anderson outros sete empresários da região de Juína foram presos em novembro de 2010. A organização criminosa é composta por madeireiros, proprietários de empresas madeireiras rurais titulares de planos de manejo florestais, indígenas e "laranjas", investigada por prática de crimes contra o meio ambiente, posse irregular de arma de fogo de uso permitido, receptação e formação de quadrilha.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

Desapropriação para reservas indígenas no RS será debatida na sexta

SÍTIO G1, 09.04.2014

São Paulo, 09 - A questão da desapropriação de terras para formação de reservas indígenas no Rio Grande do Sul será debatida durante audiência pública da Câmara Federal, em Passo Fundo (RS), nesta sexta-feira, 11. Entre outros assuntos, será discutida a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere da União para o Congresso a homologação de terras indígenas.

Em comunicado, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que apoia a PEC 215, informa que existem atualmente no Estado 21 áreas indígenas, em 31 municípios, totalizando 96 mil hectares. Segundo levantamento da Farsul, a Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende ampliar para 30 áreas, retirando 4.150 famílias de produtores rurais de suas localidades, aumentando em 100 mil hectares as áreas indígenas.

'Isto causa um desarranjo social e econômico nessas comunidades atingidas, porque faz com que este produtor migre do campo, causando inchaço das cidades', disse o presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Farsul, Paulo Ricardo de Souza Dias.



Eventos marcam o Dia do Índio em Dourados

SÍTIO PRELIMINAR, 09.04.2014

Programação da Semana dos Povos Indígenas já está pronta

O Dia do Índio, comemorado no dia 19 deste mês, está chegando e a Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas de Dourados (CEAIND), preparou uma série de eventos que começa com a escolha da Miss e o Mister Indígena/2014. A eleição acontece no sábado na Vila Olímpica. Na segunda-feira um evento na sede da coordenadoria abre oficialmente as comemorações.

Daiane Martins, 18 anos, eleita miss indígena em 2013 é da tribo guarani e representou a aldeia de Dourados. Daiane entrega a faixa no próximo sábado na Vila Olímpica para a sua substituta, que tanto pode ser guarani, como cauiá ou terena, já que a aldeia de Dourados reúne estas três etnias. Daiane acha importante o Miss Indígena para divulgar a beleza nativa e ajudar a combater o preconceito. Ela estuda na Escola Guateka e sonha em ser médica para atuar na comunidade em que nasceu e cresceu.

Fernando da Silva Souza Júnior, 17 anos, eleito mister indígena no ano passado junto com Daiane, também entrega a faixa ao seu sucessor no próximo sábado. Estudante de direito, Fernando diz que representar sua aldeia como Mister Indígena foi uma forma de aprender como é ser índio na atualidade.

Fernando e Daiane, a Miss e o Mister Indígena que forem escolhidos no sábado, dia 12 de abril, estarão recepcionando os convidados para a abertura dos eventos oficiais na segunda-feira quando acontece a abertura do I Encontro Regional dos Povos Indígenas de Dourados que vai debater sustentabilidade, organização, direitos indígenas e a 1ª feira cultural. O evento terá a participação de palestrantes índios e não índios, tanto de Dourados como de outros estados, conforme informou Leomar Mariano (técnico agrícola) e membro da Coordenadoria de Assuntos Indígenas.



Sespa confirma segundo caso de H1N1 em tribo

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 09.04.2014

Mais um caso de gripe H1N1 foi confirmado na aldeia Xikrin em Parauapebas, sudeste do Pará. A informação foi confirmada pela enfermeira Ana Raquel Miranda, da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa). A criança, que ainda está em tratamento, já está em casa e não corre mais risco de morte.

“São dois casos que foram confirmados, um caso infelizmente evoluiu a óbito e outro caso que evoluiu para cura. Essa é a constatação oficial de confirmação do agente que causou essa gripe”, esclareceu Miranda. No momento nenhum indígena está internado em hospitais da região e alguns com síndrome gripal estão na aldeia, na Casa de Apoio. Não existe um quantitativo exato de quantos estão gripados.

Providências

Para controlar o risco de surto, uma equipe com médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem já foi deslocada para a aldeia Xikrin desde a semana passada, para a realização dos cuidados e para o acompanhamento direto da Secretaria de Saúde, segundo a Sespa.

Outras providências já estão sendo tomadas, como a antecipação do início da campanha de vacinação na aldeia (que estava prevista para terça-feira, 22) e envio de equipe para medicar os pacientes infectados. A vacina é disponibilizada para a população indígena brasileira por meio do Ministério da Saúde o ano todo para os indígenas, pois são considerados população de risco.

De acordo com Sâmia Coelho, do Pólo Indígena de Marabá, responsável pela vacinação e controle das tribos na área, a aldeia possui cerca de 2.400 indígenas, que devem ser examinados e receber acompanhamento após os casos confirmados.

Hoje à tarde será realizada em Parauapebas uma reunião conjunta dos representantes do Pólo Indígena, da Sespa e da Secretaria de Saúde do Município para se definir novas estratégias de combate ao surto de H1N1 na tribo.

(DOL com informações de Michel Garcia/Marabá)



Movimento indígena pede mudanças na SEI

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 09.04.2014

YASMIN GUEDES
Editoria de Cidade

Insatisfeito com a forma de administração do titular da Secretaria Estadual do Índio (SEI), o coordenador do Movimento por Políticas Justas e Solidárias (MPJUS), Denis de Almeida, da comunidade indígena Ananás, localizada na região do Amajari, cobra melhorias em assistência às comunidades indígenas e afirma que a SEI não cumpre com o andamento de projetos.

Com documento em mãos, protocolado no Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR), Almeida pede a saída do secretário, Chico Roberto, e afirma que o gestor não está cumprindo com os pedidos do Movimento. "Os projetos não estão acontecendo e não há acompanhamento de técnico. E nós estamos muito preocupados com isso, pois nosso povo está sofrendo", afirmou o coordenador.

Segundo ele, cerca de R\$ 6 milhões foram disponibilizados para a SEI a fim de serem investidos pelas diretorias da pasta no cumprimento de políticas públicas. "São várias as irregularidades dentro da secretaria Temos peças do projeto 'Chuva na Roça' que não foram entregues e nunca conseguimos receber tudo. Queremos que a secretaria seja lavada com enxofre para acabar com a politicagem que há lá dentro", ressaltou.

O movimento exige, além da saída do secretário, continuação no andamento dos projetos, transparência nos recursos disponibilizados, fim de "funcionários fantasmas" e oportunidade para escolher o titular da SEI.

"Se for para indicar alguém, que seja através dos povos indígenas, pois eles conhecem os anseios do nosso povo", disse ao complementar que há pessoas pagas com dinheiro público para trabalhar no órgão, "mas que nunca pisaram na secretaria". Ele denunciou ainda o pagamento de diárias indevidas e aquisição de material pela secretaria, mas não entregues aos índios.

Alega ainda que nada é feito para melhorar a situação dos indígenas da região Norte do Estado. "Todo mundo vê que as melhorias existem só para o Sul do Estado. Nós estamos esquecidos. Não temos estradas de qualidade, nem pontes e nem temos um carro para ajudar a escoar a produção", ressaltou.

OUTRO LADO – A Folha foi até a sede da SEI, localizada no Parque Anauá, mas o titular não se encontrava. A chefia de gabinete informou que o secretário se pronunciaria depois.

MPRR – O Ministério Público do Estado de Roraima informou ter recebido a denúncia e,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

posteriormente, requisitou informações dos órgãos competentes. "As informações solicitadas foram encaminhadas ao MPRR, que investigará o caso. No momento oportuno, o órgão se manifestará acerca das medidas adotadas ao caso", diz a nota enviada à Folha.



Itaporã presta apoio à aldeia indígena de Dourados

SÍTIO DOURADOS AGORA, 09.04.2014

A pedido de lideranças comunitárias, a prefeitura do município de Itaporã promoveu na manhã desta quarta-feira um mutirão de limpeza na aldeia Bororó, reserva indígena de Dourados. Uma equipe da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos limpou uma área que cerca a Escola Indígena Araporã, roçando o mato que já estava alto.

As vias não asfaltadas da aldeia também receberão manutenção. Segundo o líder indígena Carlos Antonio Duarte, mais conhecido como "Piririta", a ajuda veio em boa hora. "Não é obrigação de Itaporã, mas mesmo assim a prefeitura nos estendeu a mão e deu essa ajuda que precisávamos. Há muito tempo estávamos acionando as autoridades douradenses, mas ninguém se manifestou", disse Piririta, lembrando que durante a ação, a aldeia recebeu a visita de um caminhão pipa.

"Foi um grande favor o envio do caminhão pipa, já que estamos sofrendo com a falta de água. Na casa onde vivo, por exemplo, a água não chega há três dias. Ouvi relatos de outros indígenas que estão há muito mais tempo nesta situação. O Dia do Índio (comemorado em 19 de abril) está chegando, vemos muita gente falando em comemoração, mas poucos estão, de fato, dispostos a nos ajudar", explicou.

Segundo Piririta, o apoio da prefeitura de Itaporã, embora tenha sido uma tarefa simples, simboliza o descaso que a comunidade sofre por parte de outros órgãos assistencialistas. De acordo com Guinovaldo Aguiar, secretário municipal de serviços urbanos de Itaporã, outras ações estão programadas. "Nos próximos dias pretendemos cascalhar as vias da aldeia, melhorando um pouco o tráfego para quem vive na região", disse.



Boletim de Notícias - Edição nº 65./ 2014

Brasília, 09 de abril de 2014.

3ª Semana dos povos indígenas será aberta na segunda em Cáceres

SÍTIO 24HORAS NEWS, 09.04.2014

Pelo terceiro ano consecutivo, o Museu Histórico de Cáceres promoverá a semana dos povos indígenas.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Museu Histórico de Cáceres promoverá a semana dos povos indígenas. Este ano, as atividades ocorrerão de 14 a 30 de abril. A abertura está programada para segunda-feira, 14, a partir das 15h com apresentações de estudantes da rede pública e particular e exposição fotográfica.

No decorrer do mês, o Museu que abre às 7h30 de segunda a sexta-feira, estará recebendo o público em geral para prestigiar a exposição e o acervo que conta a história de Cáceres.

O Museu Histórico está localizado na Praça Major João Carlos.



Unigran Capital faz mostra em homenagem aos povos indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 09.04.2014

Exposição "Nativos A Vós Nativos" será aberta nesta quarta-feira, com trabalhos de artistas que retratam o cotidiano indígena

A Unigran Capital, seguindo a filosofia adotada com a primeira mostra inspirada na Uniarte, de Dourados, a 1ª Unigran Capital em Arte (UCA), realizada em novembro, promove, com abertura nesta quarta-feira, de uma nova exposição de artes visuais. Desta vez em homenagem aos povos indígenas, com a participação de artistas de Mato Grosso do Sul que retratam o cotidiano indígena e uma homenagem in memoriam, com obras do artista plástico Henrique Spengler.

Segundo o professor Marcos César Lomba, coordenador do Curso de Ensino e Extensão da Unigran Capital, a Exposição "Nativos A Vós Nativos", será realizada de hoje a 6 de maio, nos saguões da instituição, com duas homenagens e curadoria do artista plástico Jonir Figueiredo, que retornou na semana passada de Nova York, nos Estados Unidos, onde participou da Exposição "MS Visto Pelo Mundo".

Terceira mostra da Unigran Capital e segunda de uma série de oito exposições de artes visuais que a instituição pretende realizar durante o ano, "Nativos A Vós Nativos" faz uma homenagem especial aos povos indígenas e oferece a oportunidade à comunidade acadêmica e à sociedade campo-grandense e sul-mato-grossense, de conhecer trabalhos, com técnicas variadas, de artistas plásticos do MS, cujo tema central será o índio no seu cotidiano e tradições.

A mostra fará uma homenagem especial às nativas, convidadas e homenageadas, as artesãs Creuza Virgílio, da nação Kadiwéu, descendentes da nação Guaicuru e Maria Auxiliadora Bezerra, da nação terena, que também participaram da Exposição "MS Visto Pelo Mundo" nos Estados Unidos, para onde levaram seus trabalhos em cerâmica indígena.

Participam da Exposição "Nativos A Vós Nativos" os artistas plásticos Adilson Scheiffer, Andréa Luz, Aracy Marques, Gewa, Jonir Figueiredo, Lúcia Barbosa, que também expôs em Nova York; Miska, Nely Guimarães, Patrícia Helney, Pedro Guilherme, o fotógrafo Roberto Higa e Vitória Braun.

Henrique Spengler, que recebe homenagem póstuma por ser o fundador do Movimento Cultural Guaicuru, que existiu por 16 anos valorizando a cultura indígena e também por ter sido professor de artes da Unigran.

A abertura da Exposição será às 20h de hoje, na Unigran Capital, à Rua Abrão Júlio Rahe, 325, centro, com entrada franca.

CONT.



Etnias

A Unigran Capital realiza no dia 16 de abril, também nos períodos matutino e noturno, será oferecida aos acadêmicos das licenciaturas, a Oficina "Cultura Terena – Tradições, Jogos e Outras Curiosidades".

Nos intervalos entre as aulas dos dois períodos ocorrerão intervenções artísticas com a temática indígena, exposição e comercialização do artesanato indígena indígena Kadwéu e Terena e os jogos indígenas desenvolvidos pelos acadêmicos do curso de Educação Física. Essas atividades serão desenvolvidas de hoje a 17 de abril.

Outras informações sobre a mostra de artes, o seminário e a oficina podem ser obtidas pelo telefone (67) 3389-3334.



Justiça prorroga ações da Força Nacional em terra indígena no Maranhão

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 09.04.2014

De acordo com o governo federal, serão retiradas cerca de 30 famílias de não índios do povoado de Vitória da Conquista, fechados ramais de estradas e colocadas placas para indicar os limites da terra indígena

Os homens da Força Nacional de Segurança Pública continuarão apoiando até 30 de abril os órgãos federais nas ações de polícia ostensiva na região de Santa Inês, na Terra Indígena Awa-Guajá, no Maranhão. A portaria do Ministério da Justiça que prorroga a permanência do efetivo está na edição de desta quarta-feira (9/4) do Diário Oficial da União.

Prazo para famílias desocuparem terra indígena no Maranhão termina hoje Morre sexto preso vítima de queimaduras em presídio de Icoaraci, no PA

Segundo o governo federal, a Operação Awá, de desintrusão de não índios da reserva indígena, foi prorrogada até o dia 20 de abril. Neste prazo, serão retiradas cerca de 30 famílias de não índios do povoado de Vitória da Conquista, fechados ramais de estradas e colocadas placas para indicar os limites da terra indígena.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) dará nova oportunidade às famílias que foram notificadas, mas que não se cadastraram, para inclusão no Programa de Reforma Agrária. Servidores farão o cadastramento, conforme acertado durante reunião no dia 1º de abril com o juiz federal José Carlos do Vale Madeira, em São Luís. O Incra já disponibilizou as áreas de Coroatá e Parnarama para assentar as 225 famílias que se cadastraram para serem beneficiárias da reforma agrária.

As primeiras famílias que vivem na terra indígena, que compreende os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru, começaram a ser retiradas do local no dia 24 de fevereiro, quando terminou o prazo dado pela Justiça Federal para que os não índios deixassem a reserva voluntariamente. O governo cumpre decisão da Justiça Federal no Maranhão, emitida no último dia 16 de dezembro pelo juiz José Carlos do Vale Madeira.